



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UASG: 450522

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 19820/2025/SEMOSP	
DATA DE ABERTURA: 25/05/2026 às 09h00min. no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			
OBJETO			
Registro de Preços visando à Eventual Aquisição de Materiais Permanentes para construção civil para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.			
VALOR TOTAL ESTIMADO		LANCE MÍNIMO	
R\$ 121.437,23 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos).		R\$ 0,01	
REGISTRO DE PREÇOS?	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO OU EQUIVALENTE	POR ITEM
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Veja ITEM 10 deste Edital)*			
Requisitos Básicos: - Sicafe ou documentos equivalentes		Requisitos Específicos: Item 10.12 do Edital - Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.	

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

MODO DE DISPUTA	ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP?	ITEM COM RESERVA DE COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO
ABERTO	SIM	NÃO	NÃO
PRAZO DE ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTOS COMPLEMENTARES			
120 (cento e vinte) minutos, após a convocação realizada pelo pregoeiro.			
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES			
Até 20/05/2026 no e-mail: pregaopma@hotmail.com , demais condições no item 14. deste Edital			
OBSERVAÇÕES GERAIS			
-			
AVISO			
Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br , para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2026)			
Dúvidas: (69) 3516-2020 e/ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com			



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO

(LEI 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90054/2026/SML/PMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 19820/2025/SEMOSP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

1.1.1. A Prefeitura do Município de Ariquemes-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.104.816/0001-16, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal nº. 23.385 datado de 07 de janeiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90054/2026/PREGÃO/SML/PMA do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento POR ITEM, tendo por finalidade Registro de Preços visando à Eventual Aquisição de Materiais Permanentes para construção civil para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br (comprasnet); e/ou www.ariquemes.ro.gov.br na aba de anexos da licitação no link: transparencia.ariquemes.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=d071ad2f671581a12667d64771c792ca.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

CÓDIGO UASG:	450522
PREGOEIRA:	DAIANE VIEIRA PACÍFICO
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	12/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	25/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	25/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).

1.1.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo**



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Administrativo N° 19820/2025/SEMOSP, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1.1. DO OBJETO: **Registro de Preços visando à Eventual Aquisição de Materiais Permanentes para construção civil para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses,** conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.1.2. A licitação será por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS EM R\$:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ALÇA DE APOIO PNE: Local Indicado: Banheiros Material: Metal Tipo de Material: Aço inox Altura: 15cm Largura: 20cm Comprimento: 55cm Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato: Reto	389597	UND	38	49,57	1.883,66
2	BOMBA SUBMERSA: Modelo: Multiestágio Aplicação: Submersa Frequência: 50/60 HZ Tensão Alimentação: 254V Potência: 1,5 HP Tipo Motor: Elétrico Monofásico. Características Adicionais: Vazão Máx.6.000 m³/h; e Vazão Mín.: 1.000 m³/h. Alt.: Máx.: MCA 113 e Alt.: Mín.: MCA 28,2	603505	UND	2	1.950,00	3.900,00
3	Esmerilhadeira Angular a bateria: Rotações por minuto: 11000	484052	UND	2	3.535,11	7.070,22



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

	rpm Diâmetro do disco: 115mm Peso mínimo: 2kg Bateria: 18V 2 baterias 18V 5.0 Ah. Com carregador.					
4	KIT AUTOMATIZADOR DE PORTÃO DESLIZANTE AUTOMÁTICO: 01 Motor de no mínimo: 1/3CV Peso mínimo do portão: 400kg Cremalheira: Mínimo 4 metros Embreagem Eletrônica (Configurável) Coroa e sem fim interno (engrenagens) em liga metálica Acionamento ultrarrápido 01 Placa Eletrônica 02 Controles 02 Chaves para o destravamento do motor em caso de falta de energia 01 Capa protetora do motor 02 Imãs sensor hall 01 Capacitor. Protetor térmico contra queima por aquecimento Voltagem: 110V	365167	UND	5	1.363,63	6.818,15
5	MARTELETE: Tensão: 127V ou 220V Tipo: Demolidor Potência: mínimo 2000W Força: Mínimo 62J Emissão de vibrações ah: mínimo 8.5 m/s Incerteza K: 1.5 m/s ² Impactos por minuto: mínimo 870	485697	UND	2	15.063,67	30.127,34
6	PLAINA 82MM BIVOLT: Capacidade por passada: 3 mm Tamanho da faca: 82mm Dimensões mínimas (CxLxA): 368x157x164 mm Peso mínimo 3,6kg 02 Baterias 18V	220735	UND	2	4.334,33	8.668,66
7	PLAINA ELÉTRICA DESENGROSSO: Potência: 1.650 WATT Largura Corte: 304mm Profundidade Corte: 3mm Comprimento Mesa: 304mm Largura Mesa: 771mm Rotação: 8.500 RPM Voltagem: 220V Aplicação: Plainar Madeira	276089	UND	2	4.288,78	8.577,56



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

	Características Adicionais: Parada Rápida Dimensões: 483 X 771 X 401 mm					
8	ROÇADEIRA PROFISSIONAL A GASOLINA: Especificações mínimas obrigatórias: Tipo Motor: gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com sistema de ignição eletrônica. Potência Motor: mínima de 2,0 kW (2,7 HP), com cilindrada mínima de 40 cm ³ (± 2 cm ³). Tipo Cortador: compatível com lâmina de aço (faca de 3 pontas ou dupla-face) e suporte para fio de nylon. Peso Aproximado: máximo de 8,5 kg (sem conjunto de corte, cinto e combustível). Tipo: Empunhadreira: guidão tipo bicicleta, ajustável, com sistema antivibração. Características Adicionais: tubo de transmissão em alumínio com eixo rígido e engrenagem cônica. Acompanha cinto tipo colete, kit de ferramentas para manutenção e manual em português. O equipamento deve atender às normas NR-12 e INMETRO. Garantia mínima: 12 meses.	295584	UND	9	1.672,15	15.049,35
9	SERRA CIRCULAR: Diâmetro Disco: 7 1/4 POL, Diâmetro Furo Disco: 16mm, Capacidade Corte A 45°: 49 MM, Capacidade Corte A 90°: 66mm Potência mínima: 1.800W; Rotação mínima: 5.800 RPM; Aplicação: Corte De Madeira, Voltagem: 220V; Itens Inclusos: Lâmina de serra CTC, Chave allen, guia de alinhamento e Manual.	449875	UND	6	993,34	5.960,04
10	SERRA TICO TICO:	220177	UND	5	1.517,45	7.587,25



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

	Capacidades mínimas: Madeira: 65mm - Aço: 2mm Comprimento mínimo do golpe: 18mm Golpes por minuto: 0 - 2.400 Peso mínimo: 1,7kg Bateria mínimo 12V					
11	TORNO BANCADA TIPO: Morsa Hidráulica: Comprimento Morsa Fixa: 350 mm; Características Adicionais: Nº 0 Com Fuso Interno Curto Material: Ferro Fundido Modular	604314	UND	1	SUPRIMIDO	
12	VASO SANITÁRIO PNE: Altura (cm): 79; Largura (cm): 38,5; Comprimento (cm): 63,5; Medidas aproximadas de 5 cm +/-; Formato da bacia: oval; Acompanha assento: sim; Acompanha fixação: sim; Possui conforto PNE: sim; Tipo de bacia com caixa: bacia com caixa acoplada; Assento com fechamento suave: não; Acabamento (construção e acabamento): esmaltado; Acionamento da válvula de descarga: duplo; Material principal construção e acabamento: cerâmica.	452039	UND	20	1.289,75	25.795,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						121.437,23

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras.gov.br, e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.3. Os quantitativos do objeto desta licitação estão atendendo a Lei 123/2006 e suas alterações.

2.3.1. ITENS COM PARTICIPAÇÃO exclusiva para ME, EPP e MEI: Itens com valores de até R\$ 80.000,00. Art. 48. [...] I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações);



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.4. DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelos ordenadores de despesas dos órgãos requerentes;

2.4.1. Local e horário de entrega - Conforme estabelecido no **item 5.1** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

2.4.1.1. Os itens solicitados deverão ser efetuados nos locais indicados pelas Secretarias, conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD, quais sejam:

2.4.1.2. SEMPOG/SEMDES/SEMED/SEMTEC: Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h:30min às 13h:30min horas de segunda à sexta-feira.

2.4.1.3. SEMSAU: Os materiais solicitados deverão ser entregues no setor de Patrimônio da Saúde - Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ariquemes -RO, situada na Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - CEP: 76872-854, no horário das 07h:30min às 13h:30min horas de segunda à sexta-feira.

2.4.2. Prazo e forma de entrega - Conforme estabelecido no **item 5.2** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

2.4.2.1. O prazo de entrega dos bens não será superior a 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, em remessa única ou de forma parcelada.

2.4.2.2. A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

2.4.2.3. O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

2.4.3. Garantia, manutenção e assistência técnica - Conforme estabelecido no **item 5.3 a 5.9** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

2.5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)

2.5.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social;

Programações:

08.122.0018.2400 - Gestão Administrativa Do Fundo De Assistência Social

08.243.0018.2403 - Manutencao Das Ativ. Do Conselho Tutelar

08.244.0017.2405 - Fortalecimento Do Controle Social (Cmas)

08.244.0019.2406 - Bloco Da Proteção Social Básica - Psb

08.244.0017.2407 - Indice De Gestao Descentralizada Igd Suas

08.244.0019.2408 - Bloco Da Proteção Social Especial De Média E Alta Complexidade (Mac)

08.244.0017.2414 - Bloco De Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único

08.244.0022.2415 - Primeira Infância No Suas - Criança Feliz

08.244.0022.2417 - Crescendo Bem

08.244.0017.2419 - Vigilancia Socioassistencial



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

08.244.0022.2423 - Mamãe Cheguei

Elemento De Despesa:

3.3.90.30.00 Material De Consumo

4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente

Fonte de Recurso: RP/ Recurso da União/ Recurso Estadual.

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

Programação:

27 122 0026 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

13 392 0014 2801 - Promoção da Cultura;

23.695.0027.2806 - Fomento ao Turismo;

27 812 0028 2803 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: RP Próprio

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Programação:

10.301.0035.1200 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde APS;

10.302.0037.1203 - Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde - MAC,

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00

Fonte de Recurso: RP-1.500

SEMED:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Educação

Programação:

02.007.12.361.0006.3001 - Manutenção das Atividades da SEMED

02.007.12.364.0006.3016 - Qualificação Profissional UAB

02.007.12.361.0029.3010 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

02.007.12.365.0030.3017 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil Pre

02.007.12.365.0030.3018 - Manutenção do Ensino Infantil Creches

02.007.12.367.0029.3023 - Manutenção das Atividades da Educação Inclusiva

02.007.12.361.0006.3025 - Manutenção das Atividades dos Conselhos de Educação
(CME, CASs e CAE)

02.007.12.361.0006.3027 - Manutenção da Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha

Elemento de despesa: 44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso:

1.500.1001 - Recursos não vinculados de impostos

1.500.0000 - Recursos não vinculados de impostos

1.550.0000 - Transferência de Salário Educação

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Programação:

02.06.04.122.0005.2012 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

02.06.04.122.0005.2013 - Manutenção da Casa dos Conselhos

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material permanente

Fonte de Recurso: Outros Recursos não vinculados

2.6. DO PAGAMENTO

2.6.1. Conforme estabelecido do item 7.22 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital; “O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.”

2.7. ÍNDICE DE REAJUSTE

2.7.1. Conforme estabelecido na cláusula 7.1 da minuta de contrato;

2.7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/2026.

2.7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.7.8. a ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.7.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.12. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;

3.5. O impedimento de que trata o **item 3.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 3.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.2 e 3.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8.** O disposto nos **itens 3.4.2 e 3.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.10.** A vedação de que trata o **item 3.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.11. Em tempo, será analisado também:**
- 3.11.1.** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Ariquemes/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**
- 3.11.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (até que se encerre os prazos das sanções);
- 3.11.3.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.2.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.2.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.2.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.2.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.1 ou 4.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.2.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.2.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.2.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.2.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.2.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.2.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.2.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.2.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.2.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.2.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;

5.1. O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;

6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;

6.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.1.3. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;

6.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM;

6.3.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.4. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo);**

6.3.5. O licitante **poderá**, uma única vez, **excluir** seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.3.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.3.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.3.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.3.6.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.3.6.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.3.9. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.9.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.3.10. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.11. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [https://www.comprasnet.gov.br/](https://www.comprasnet.gov.br)

6.3.12. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

6.4.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

6.4.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.4.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.5.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.5.5.2. empresas brasileiras;

6.5.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.5.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6. Nos casos em que o sistema não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio (IN SEGES/MGI Nº 79/2024), em sessão realizada no comprasnet, com a convocação dos interessados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2. O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

7.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a)** Número do item;
- b)** Quantidade / Unidade;
- c)** Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d)** Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e)** Valor Unitário e Valor Total por item.

8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 60 (SESSENTA) DIAS.

8.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

8.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF);

8.2.2. O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;

8.8.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

9.1.5. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) – consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório;

9.1.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>) – consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.6. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.2.6** deste edital.

9.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.11. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

9.11.1. conter vícios insanáveis;

9.11.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.11.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.11.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.11.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.13. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 9.13.2.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 9.13.3.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.14.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.15.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.16.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 9.17.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 9.17.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.17.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.18.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.19.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.20.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.21.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 9.22.** Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

c) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

10.3.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.4. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.4.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.6. Será verificado se o licitante apresentou **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) [O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.](#)

10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.8.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual** - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.8.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.8.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.8.7. No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

10.8.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

10.8.10. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.8.11. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.8.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.9.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

10.9.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.9.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.9.4. Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.9.5. Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.

10.10. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.10.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias** caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

10.11.1. Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

10.11.1.1. O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

10.11.1.2. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

10.11.1.3. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

10.12. DAS DECLARAÇÕES:

10.12.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.

a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

10.12.2. A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o Pregoeiro solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.13. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, após a fase de lances ou quando solicitadas pelo agente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.13.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

10.13.2. OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

10.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

11.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.11. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SML, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;

11.12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

12.2. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

12.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

12.5. Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc) para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração; c) Poderá ser enviado por e-mail para a empresa, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito <https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>). Posteriormente, o documento deverá ser devolvido por e-mail.; ou d) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

13.4.4. Deverá observar e cumprir todas as disposições estabelecidas na minuta do termo de contrato;

13.4.5. A substituição do contrato por documento equivalente não exime o contratante da obrigação de observar todas as disposições estabelecidas na minuta contratual.

13.4.6. Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II apud AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

13.4.7. Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do valor, será



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica. (AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

- 13.4.8.** I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que ilude o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que: a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133/2021; ou b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133/2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa. (AGU. Orientação Normativa nº 84/2022);

13.5. Os prazos dos itens 13.1 e 13.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

13.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 14.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1.** advertência;
- 14.2.2.** multa;
- 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.
- 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)
- 14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

responsabilização a ser conduzido por comissão de no mínimo 3(três) servidores, em sua maioria servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: pregaopma@hotmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3516-2020**) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Ariquemes/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, n.º 2.166 – Setor Institucional - Complemento: Centro Administrativo, sala 10, no 1º andar em Ariquemes/RO - CEP: 76.872-854.

15.3.1. Para facilitar o processamento das solicitações, as empresas devem enviar o documento do pedido de esclarecimento em formato PDF copiável.

15.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.gov.br/compras>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.8. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

16. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

1.2. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, e antes da fase de habilitação, os licitantes remanescentes serão convocados a encaminhar, no prazo de **60 (sessenta) minutos**, manifestação de interesse em compor o **Cadastro Reserva**, mediante envio de e-mail para: **pregaopma@hotmail.com**, nos termos do Decreto nº 19.359/2022.

- a) Os **três primeiros licitantes mais bem classificados** que manifestarem interesse dentro do prazo comporão o cadastro reserva.
- b) Poderão compor o cadastro reserva os licitantes que aceitarem fornecer os bens ou serviços **pelos mesmos valores** do licitante vencedor, respeitada a ordem de classificação, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359/2022.
- c) No e-mail de manifestação de interesse, os licitantes deverão informar, de forma detalhada, os itens que desejam incluir no cadastro reserva, contendo obrigatoriamente: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo (conforme proposta apresentada inicialmente), valor unitário **igual** ao do licitante vencedor e valor total correspondente.

1.3. Ao término dos procedimentos licitatórios, os licitantes classificados no cadastro reserva serão convocados nos mesmos termos previstos para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a fim de firmar a **Ata de Cadastro de Reserva**, conforme modelo anexo ao edital.

- a) Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de registro de Preços, a Gerência ficará responsável em proceder a convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.

17. CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES

17.1. Em caso de não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, rescisão contratual ou desistência do licitante vencedor em prosseguir com o fornecimento, a Administração poderá, com base no Decreto Municipal Nº 21.363, de 23 de agosto de 2024, convocar os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação estabelecida no processo licitatório, para celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite as condições estabelecidas, a Administração reserva-se o direito de negociar com esses licitantes visando obter um preço melhor ou adjudicar o contrato nas condições ofertadas por eles, atendendo à ordem classificatória.

17.2. Esse processo seguirá as seguintes etapas:

17.2.1. Após a instauração do procedimento sancionatório em decorrência da rescisão contratual ou desistência do licitante.

17.2.2. Convocação dos licitantes remanescentes em ordem de classificação: Após a não assinatura do contrato, ou rescisão do contrato pelo licitante vencedor ou sua desistência, a Administração convocará os licitantes remanescentes que participaram do processo licitatório, seguindo a ordem de classificação estabelecida no certame. Esses licitantes serão convidados a assumir o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante originalmente vencedor que rescindiu o contrato.

17.2.3. Negociação com os licitantes remanescentes: Se nenhum dos licitantes remanescentes aceitar as condições propostas nas mesmas bases do licitante vencedor que rescindiu o contrato, a Administração irá para o próximo passo. Neste estágio, será iniciada a



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

negociação com o segundo colocado e, subsequentemente, com os demais licitantes remanescentes em ordem de classificação.

17.2.4. Negociação do menor valor possível: Durante as negociações com os licitantes remanescentes, a Administração buscará obter o menor valor possível para a contratação, considerando as condições propostas por esses licitantes. Esta negociação pode envolver ajustes nos valores propostos originalmente pelos licitantes remanescentes, com o objetivo de garantir a economicidade para a Administração.

17.2.5. Apresentação da proposta pela nova empresa contratada: A empresa contratada deverá apresentar sua proposta com o preço final de seu lance, ajustando o valor do serviço/fornecimento remanescente em relação ao já executado pela empresa desistente.

17.2.6. Será analisado o teor das propostas apresentadas pelos licitantes remanescentes, inclusive a compatibilidade dessas propostas com as especificações técnicas do edital, bem como a verificação dos documentos de habilitação;

17.2.7. A Administração declarará a habilitação da empresa e a aceitabilidade da proposta apresentada, nos termos do edital;

17.2.8. A Administração publicará o aviso de adjudicação da empresa remanescente, ficando garantido o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos demais licitantes para exercerem o direito ao contraditório, com a possibilidade de recorrerem da decisão da Administração, tanto no que se refere à proposta quanto aos documentos de habilitação;

17.2.9. Encerrado o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou após decisão final dos recursos interpostos, a Administração publicará o aviso de homologação da contratação do remanescente.

17.3. Em caso de Registro de Preço, será observado primeiro o Cadastro Reserva de Fornecedor.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

18.2.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

18.2.2. Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

18.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

18.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.5. Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

18.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.

18.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

18.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

18.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

18.13. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Ariquemes, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

18.15. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

18.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

18.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Ariquemes, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

18.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

18.19. CREDENCIAMENTO ePROC, conforme a Instrução Normativa nº 4, datado em 05 de outubro de 2020, que Regulamenta sobre utilização do Sistema Eletrônico de Informações (e-PROC), este é de utilização obrigatória para todos os tipos de processos em tramitação e novos e outras providências.

18.19.1. Todas as pessoas físicas que possuem empresa, imóvel ou qualquer vínculo junto à Prefeitura de Ariquemes/RO, e que queira ou precise fazer peticionamentos e acompanhar seus processos e pedidos ONLINE.

18.19.2. Para acesso ao Sistema de Processo Eletrônico e realização de petições online é necessário o credenciamento prévio. Esse credenciamento deve ser feito junto ao Atendimento ao



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Público desta Prefeitura de Ariquemes/RO, ou por meio online, através do acesso pela Plataforma GOV.BR.

18.19.3. Poderá ser realizado o credenciamento destes Fornecedores e/ou prestadores de serviços e outros como usuários externos, conforme orientação do "Manual do Credenciamento", disponível na página da Prefeitura no banner credenciamento ou no link: <http://site.ariquemes.ro.gov.br/paginas/credenciamento>

18.20. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.gov.br/compras, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao.

18.21. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

18.22. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020, ou na sede Prefeitura de Ariquemes/RO.

18.23. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

19. ANEXOS

19.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3942006)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (ID 3610556);
Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3610687);
Apêndice III do T.R. – Quadro de distribuição (ID 3639656);
Apêndice IV do T.R. - Minuta de Contrato (ID 3938188);
Apêndice V do T.R. - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3644626);
Apêndice VI do T.R. - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID3644936);

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

Ariquemes/RO, 27 de abril de 2026.

Elaborado por:

Camila Alecrim de Azevedo
Integrante da Diretoria de Compras - SML
Decreto n.º 22.992/2025

Pregoeira Designada:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Daiane Vieira Pacífico
Pregoeira
Decreto nº 23.385/2026



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026/SML/PMA

ANEXO I DO EDITAL

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3942006)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (ID 3610556);
Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3610687);
Apêndice III do T.R. – Quadro de distribuição (ID 3639656);
Apêndice IV do T.R. - Minuta de Contrato (ID 3938188);
Apêndice V do T.R. - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3644626);
Apêndice VI do T.R. - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID3644936);

Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026/SML/PMA

ANEXO II - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026/SML
PROCESSO Nº 19820/2025/SEMOSP

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL EM REAIS - R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026/SML/PMA

ANEXO III - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO–SML/PMA

- a) A empresa _____ devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
localizada na rua _____, n.º _____, na cidade de _____, do estado de _____,
DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico nº
90054/2026/PREGÃO/SML/PMA**, são autênticos.

_____, em ____ de _____ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026/SML/PMA

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
CNPJ: _____
FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **90054/2026/PREGÃO/SML/PMA**, instaurado pelo **Processo de n.º 19820/2025/SEMOSP**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2026.

Nome:
RG/CPF:
Cargo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026/SML/PMA

ANEXO V - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 394/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
394/2025	450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	23/04/2026 14:17 (v 0.19)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	25/2025	19820/2025

1. Definição do objeto

1.1. Registro de Preço de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Martelete, Roçadeira e Plainas), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ALÇA DE APOIO PNE Local Indicado: Banheiros Material: Metal Tipo de Material: Aço inox Altura: 15 cm Largura: 20 cm Comprimento: 55 cm Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato: Reto	389597	UND	38	49,57	1.883,66
2	Bomba Submersa Modelo: Multiestágio Aplicação: Submersa Freqüência: 50/60 HZ Tensão Alimentação: 254 V Potência: 1,5 HP Tipo Motor: Elétrico Monofásico Características Adicionais: Vazão Máx.6.000 m³/h; e Vazão Mín.: 1.000 m³/h. Alt.: Máx.: MCA 113 e Alt.: Mín.: MCA 28,2	603505	UND	2	1.950,00	3.900,00
3	Esmerilhadeira Angular a bateria Rotações por minuto: 11000 rpm Diâmetro do disco: 115mm Peso	484052	UND	2	3.535,11	7.070,22

	mínimo: 2kg Bateria: 18V 2 baterias 18V 5.0 Ah. Com carregador.					
4	Kit automatizador de portão deslizante automático 01 Motor de no mínimo: 1/3Cv Peso mínimo do portão: 400kg Cremalheira: Mínimo 4 metros Embreagem Eletrônica (Configurável) Coroa e sem fim interno (engrenagens) em liga metálica Acionamento ultra rápido 01 Placa Eletrônica 02 Controles 02 Chaves para o destravamento do motor em caso de falta de energia 01 Capa protetora do motor 02 Imãs sensor hall 01 Capacitor. Protetor térmico contra queima por aquecimento Voltagem: 110V	365167	UND	5	1.363,63	6.818,15
5	Martelete Tensão: 127V ou 220 V Tipo: Demolidor Potência: mínimo 2000W Força: Mínimo 62J Emissão de vibrações ah: mínimo 8.5 m/s Incerteza K: 1.5 m/s² Impactos por minuto: mínimo 870	485697	UND	2	15.063,67	30.127,34
6	Plaina 82mm Bivolt Capacidade por passada: 3 mm Tamanho da faca: 82mm Dimensões mínimas (CxLxA): 368x157x164 mm Peso minimo 3,6 kg 02 Baterias 18 v	220735	UND	2	4.334,33	8.668,66
7	Plaina Elétrica desengrosso Potência: 1.650 WATT Largura Corte: 304 MM Profundidade Corte: 3 MM Comprimento Mesa: 304 MM Largura Mesa: 771 MM Rotação: 8.500 RPM Voltagem: 220 V Aplicação: Plainar Madeira Características Adicionais: Parada Rápida Dimensões: 483 X 771 X 401 MM	276089	UND	2	4.288,78	8.577,56
8	Roçadeira Profissional a Gasolina Especificações mínimas obrigatórias: Tipo Motor: gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com sistema de ignição eletrônica. Potência Motor: mínima de 2,0 kW (2,7 HP), com cilindrada mínima de 40 cm³ (± 2 cm³). Tipo Cortador: compatível com lâmina de aço (faca de 3 pontas ou dupla-face) e suporte para fio de nylon. Peso Aproximado: máximo de 8,5 kg (sem conjunto de corte,	295584	UND	9	1.672,15	15.049,35
	Serra Circular Diâmetro Disco: 7 1/4 POL, Diâmetro Furo Disco: 16 MM, Capacidade Corte A 45°: 49 MM, Capacidade Corte A 90°: 66 MM,					

9	Potência mínima: 1.800 W, Rotação mínima: 5.800 RPM, Aplicação: Corte De Madeira , Voltagem: 220, Itens Inclusos: Lâmina de serra CTC, Chave allen, guia de alinhamento e Manual.	449875	UND	6	993,34	5.960,04
10	Serra tico tico Capacidades mínimas: - Madeira : 65mm - Aço : 2mm Comprimento mínimo do golpe : 18mm Golpes por minuto : 0 - 2.400 Peso mínimo : 1,7kg Bateria mínimo 12V	220177	UND	5	1.517,45	7.587,25
11	TORNO BANCADA TIPO: MORSA HIDRAULICA COMPRIMENTO MORSA FIXA: 350 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 0 COM FUSO INTERNO CURTO MATERIAL: FERRO FUNDIDO MODULAR Torno Bancada Tipo: Morsa Hidraulica Comprimento Morsa Fixa: 350 MM Características Adicionais: Nº 0 Com Fuso Interno Curto Material: Ferro Fundido Modular	604314	UND	1	SUPRIMIDO	
12	VASO SANITÁRIO PNE Altura (cm) : 79 Largura (cm) : 38.5 Comprimento (cm) : 63.5 Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato da Bacia : Oval Acompanha Assento : Sim Acompanha Fixação : Sim Possui Conforto PNE : Sim Tipo de Bacia com Caixa : Bacia com Caixa Acoplada Assento com Fechamento Suave : Não Acabamento (Construção e Acabamento) : Esmaltado Acionamento da Válvula de Descarga : Duplo Material Principal Construção e Acabamento : Cerâmica	452039	UND	20	1.289,75	25.795,00
TOTAL (R\$)					121.437,23	

*** Valores de acordo com o Quadro Comparativo (ID 3594837)**

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 19.361, de 21 de setembro de 2022.

1.1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.5 As especificações do(s) produto(s), está em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

Dos órgãos participantes

1.1.6. São órgãos participantes deste Registro de Preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - **SEMSAU**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - **SEMPOG**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - **SEMDES**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - **SEMED**

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA- **SEMTEC**

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está inserido no Plano de Contratação Anual ou não, conforme detalhado no item 3.5 do DFD das secretarias participantes:

SECRETARIAS	ALINHAMENTO COM O PCA
SEMSAU	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, devido a agilidade exigida/imposta a elaboração do último PCA não foi possível realizar o levantamento dos materiais necessários em 2023/2024. Portanto, ainda que a demanda, em sua totalidade, não tenha sido estimada, busca-se alcançar um resultado ímpar para a instituição: efetuar manutenções diversas, das unidades da Secretaria Municipal de Saúde em pleno funcionamento, evitando assim a interrupção de algum serviço oferecidos por essas instituições.
SEMPOG	A contratação em questão não está prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) de 2025. No entanto, essa ausência não representa descumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o inciso VII do artigo 12, pois trata-se de uma necessidade que surgiu após a elaboração do PCA, diante da demanda identificada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG e suas unidades vinculadas. A necessidade de Registro de Preços visando à Eventual Aquisição de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Marteleto, Roçadeira e Plainas), identificada após o encerramento do ciclo de planejamento do PCA, justificou o início do processo de contratação fora do cronograma original. Portanto, embora não tenha sido inserida no PCA, a contratação é planejada, necessária e está de acordo com a legislação vigente, sem configurar qualquer irregularidade.
SEMDES	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, devido a uma conjunção de fatores que impactaram diretamente a capacidade de execução das atividades planejadas. A equipe responsável pela gestão de pessoal e pela condução dos planejamento das futuras contratações encontrava-se com quadro reduzido, o que limitou a capacidade de planejar, executar e finalizar os procedimentos necessários o que resultou em atrasos e na inviabilização da conclusão do PCA-2025, conforme informado na Justificativa 33 de 21/03/2025 (ID 3055502).
	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do

SEMED	Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 25/2025, Nº DFD: 555/2024.
SEMTEC	Justificamos a ausência da presente demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) com fundamento no inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da abertura de Registro de Preços visando à eventual aquisição de materiais permanentes para construção civil, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura da Prefeitura de Ariquemes/RO, durante o período de 12 (doze) meses. Esclarecemos que, durante a fase de estruturação do planejamento, a demanda foi registrada em versão preliminar do documento interno. Contudo, por falha no procedimento de consolidação, a informação não foi devidamente incorporada à versão final encaminhada à Superintendência competente, resultando em sua ausência no sistema do PCA. Destacamos que a necessidade desta contratação decorre das manutenções, reformas e adequações estruturais realizadas nos prédios, ginásios e espaços públicos vinculados à Secretaria, bem como do apoio às ações e eventos culturais e esportivos promovidos pelo órgão. A aquisição dos materiais permanentes de construção civil é imprescindível para assegurar a segurança, funcionalidade e conservação dos bens públicos, contribuindo para a execução adequada das atividades da SEMTEC e garantindo melhores condições de uso dos espaços pela comunidade. Portanto, a contratação visa atender à demanda operacional e estrutural da Secretaria, proporcionando condições adequadas para a realização de obras, reparos e eventos com planejamento, segurança e eficiência.

2.3 Da metodologia de cálculo para estimativa das quantidades

2.3.1. A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.1.3.1 Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de recondicionamento, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (Vi)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) .

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Requisitos Funcionais

Os materiais permanentes a serem adquiridos devem atender às seguintes funções gerais necessárias às atividades de manutenção, infraestrutura e conservação desempenhadas pelas secretarias municipais:

1. **Permitir a execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva** em estruturas, instalações e edificações públicas, garantindo suporte operacional às equipes das secretarias participantes.
2. **Possibilitar intervenções estruturais e operacionais**, como reparos, adequações, substituições de componentes, recuperação de superfícies ou melhoria de espaços físicos, conforme demanda de cada unidade administrativa.
3. **Viabilizar a realização de serviços de conservação de áreas internas e externas**, incluindo manejo de vegetação, limpeza, ajustes, nivelamentos e adequações que contribuam para a manutenção do ambiente público.
4. **Oferecer suporte às atividades rotineiras de manutenção e zeladoria**, permitindo que as equipes executem tarefas com eficiência, segurança e agilidade.
5. **Atender às necessidades de pequenas obras e intervenções emergenciais**, garantindo o pronto atendimento de situações que exijam resposta rápida da Administração.
6. **Contribuir para o funcionamento adequado das operações internas**, possibilitando que os servidores utilizem equipamentos compatíveis com as atividades de campo, infraestrutura e serviços gerais.
7. **Garantir desempenho adequado às demandas de uso contínuo**, apoiando atividades que requerem ações periódicas de manutenção e conservação em prédios, áreas externas, instalações e espaços públicos.

4.4. Requisitos Não Funcionais

Estes requisitos tratam de aspectos de desempenho, segurança, durabilidade e condições de fornecimento:

- **Durabilidade e robustez:** os equipamentos devem apresentar vida útil compatível com seu uso contínuo em ambiente operacional de manutenção.
- **Ergonomia e segurança:** devem atender aos padrões de segurança do trabalho, proporcionar manuseio seguro e minimizar riscos ao operador.
- **Garantia mínima:** garantia técnica não inferior ao mínimo exigido no mercado para equipamentos de construção civil (preferencialmente 12 meses).
- **Assistência técnica:** o fornecedor deve disponibilizar rede de assistência técnica autorizada no território nacional.
- **Entrega e instalação (quando aplicável):** os itens devem ser entregues montados ou acompanhados de manual de montagem e operação.

- **Manual em português:** todos os equipamentos devem ser acompanhados de manual técnico em língua portuguesa.
- **Nota fiscal e rastreabilidade:** os produtos devem ser novos, sem uso anterior, acompanhados de NF e número de série válido para rastreamento.

4.5. Requisitos Normativos e Legais

Os itens contratados devem atender, quando aplicável:

- às normas técnicas da **ABNT** referentes a equipamentos elétricos e de segurança operativa;
- às regras de segurança estabelecidas pelo **Ministério do Trabalho**, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis, como **NR-6 (EPI)** e **NR-12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos)**;
- aos requisitos de rotulagem e conformidade estabelecidos pelo **Inmetro** para equipamentos elétricos;
- às obrigações estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à qualidade, garantia, manutenção e rastreabilidade dos bens;
- às determinações da IN SEGES nº 58/2022 quanto à clareza, objetividade e adequação do objeto;
- à legislação ambiental relacionada ao descarte de resíduos e peças substituídas, quando aplicável.

4.6. Padrões de Mercado

- Os equipamentos devem corresponder a **modelos amplamente comercializados**, evitando especificações restritivas.
- Devem apresentar **características técnicas compatíveis** com o padrão das principais marcas do setor, garantindo competitividade e viabilidade no mercado.
- Devem utilizar **componentes de reposição de fácil obtenção**, com disponibilidade nacional.
- A potência, voltagem, capacidade e demais especificações serão definidas com base em padrão mínimo utilizado no mercado para os tipos de uso típicos da Administração Pública.

4.7. Requisitos de Sustentabilidade

Embora não obrigatórios em todos os itens, devem ser preferencialmente observados:

- eficiência energética nos equipamentos elétricos;
- materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental;
- menor consumo de combustível (no caso das roçadeiras a combustão);
- menor nível de ruído possível, atendendo às normas aplicáveis.

4.8. Condições de Fornecimento

- Os itens devem ser fornecidos **via Registro de Preço**, conforme demanda das secretarias participantes.
- O fornecedor deverá garantir **substituição imediata** em caso de defeito de fabricação identificado no recebimento.
- A entrega deverá ocorrer no endereço informado pela Superintendência Municipal de Licitações, em prazo compatível com o TR.
- Não será aceita entrega de produtos reconicionados, usados ou remanufaturados.

4.9. Garantia da contratação

4.10.1 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do artigo 96 em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. LOCAL/HORÁRIO

5.1.1 Os produtos solicitados, relacionados neste Termo de Referência, deverão ser entregues nos endereços a seguir, conforme designação de cada secretaria.

SEMSAU	Os materiais solicitados deverão ser entregues no setor de Patrimônio da Saúde - Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ariquemes -RO, situada na Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - CEP: 76872-854, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.
SEMPOG	O material solicitado devera ser entregue no Patrimônio central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.
SEMDDES	Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na rua União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.
SEMED	Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872- 860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira mediante prévio agendamento pelo telefone: (69) 3535- 5250, em embalagens que assegurem sua integridade e possuam todas as informações exigidas no Código de Defesa do Consumidor e em outras normas correlatas.
SEMTEC	Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Ariquemes, situado na Travessa União, n.º 3691 - Setor Institucional, (atrás da Feira do Produtor), CEP N.º 76.872-860, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.

5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

5.2.1 O prazo de entrega dos bens não será superior a 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, de forma parcelada.

5.2.2 A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

5.2.3 O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;

5.4 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

5.5 Os materiais deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega no órgão licitante;

a) A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

5.6 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

5.7 O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

5.8 A empresa vencedora do processo licitatório deverá fornecer, sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do objeto em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar o usuário na operacionalidade e manutenção corretas, quando for o caso.

5.9 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 10).

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de

serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8).

6.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.(Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8, VIII).

6.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1 São de inteira responsabilidade das secretarias municipais participantes do Registro de Preço, os procedimentos de recebimento dos serviços, por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado, inserida na estrutura das Secretarias, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

7.2 A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetosbo entregues, Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato, Termo de Referência e seus apêndices;

7.3 Formas de recebimento:

7.3.1 Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.3.2 Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

7.3.3 Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

7.7 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

7.8 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo MÁXIMO de 15 DIAS corridos. (Art. 119, lei 14.133/21).

7.9 Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

7.10 Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

7.11 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.14 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22 O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.

7.23 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde: } I = \text{Índice de atualização financeira};$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual};$$

$$EM = \text{Encargos moratórios};$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento};$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso}.$$

Forma de pagamento

7.25 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme Quadro Comparativo (ID 3594837) em 11/11/2025.

7.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM , em regime aberto**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

8.13. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

8.14. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.15. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.26 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

8.27. Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

8.27.1 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

8.27.2 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 121.437,23

9.1 Valor (R\$): 121.437,23 (Cento e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos.), conforme custos unitários apostos no **Quadro de Média de Preços** em apêndice.

9.2 A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.

10. Adequação orçamentária

10.1 A dotação orçamentária para a contratação do serviço por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Diretoria do Sistema de Registro de Preços;

10.2 Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2025 e o próximo exercício, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação da Sra. Prefeita Municipal poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ariquemes;

10.3 Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ariquemes a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

10.4 Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ariquemes-RO.

10.5 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social;

Programações:

08.122.0018.2400 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0018.2403 - MANUTENCAO DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR

08.244.0017.2405 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS)

08.244.0019.2406 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

08.244.0017.2407 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA IGD SUAS

08.244.0019.2408 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA

COMPLEXIDADE (MAC)

08.244.0017.2414 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E

CADASTRO ÚNICO

08.244.0022.2415 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ

08.244.0022.2417 - CRESCENDO BEM

08.244.0017.2419 - VIGILANCIA SOCIOASSISTÊNCIA

08.244.0022.2423 - MAMÃE CHEGUEI

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: RP/ Recurso da União/ Recurso Estadual.

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

Programação: 27 122 0026 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

Programação: 13 392 0014 2801 - Promoção da Cultura;

Programação: 23.695.0027.2806 - Fomento ao Turismo;

Programação: 27 812 0028 2803 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: RP Próprio

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Programação:

10.301.0035.1200 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde APS;

10.302.0037.1203 - Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde - MAC,

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00

Fonte de Recurso: RP-1.500

SEMED:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Educação

Programação: 02.007.12.361.0006.3001 - Manutenção das Atividades da SEMED

02.007.12.364.0006.3016 - Qualificação Profissional UAB

02.007.12.361.0029.3010 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

02.007.12.365.0030.3017 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil Pre

02.007.12.365.0030.3018 - Manutenção do Ensino Infantil Creches

02.007.12.367.0029.3023 - Manutenção das Atividades da Educação Inclusiva

02.007.12.361.0006.3025 - Manutenção das Atividades dos Conselhos de Educação

(CME, CASs e CAE)

02.007.12.361.0006.3027 - Manutenção da Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha

Elemento de despesa: 44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1.500.1001 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de Recurso: 1.550.0000 - Transferência de Salário Educação

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento

Programação: 02.06.04.122.0005.2013 Manutenção da Casa dos Conselhos

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material permanente

Fonte de Recurso: Outros Recursos não vinculados

11. Do Faturamento

11.1 Deverão ser apresentadas no setor de Almoxarifado da Prefeitura de Ariquemes e no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 03 (três) vias, em favor das secretarias abaixo:

11.1.1 Prefeitura Municipal de Ariquemes, CNPJ: 04.104.816/0001-16

Endereço: Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, Setor Institucional CEP 76.872-854 Ariquemes/RO. Fone (69) 3535-5250.

11.1.2 Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ:14.749.653/0001-61

Endereço: Avenida Jamari, 6ª Rua, n.º 4.615, Setor 02. CEP 76.873-125, Ariquemes/RO. Fone (69) 3536-1575.

11.1.3 Fundo Municipal de Saúde de Ariquemes, CNPJ: 07.582.909/0001-44 -

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1586. Setor Institucional, CEP: 76.872-854, Ariquemes/RO, Fone (69) 3535-3666.

11.1.4 Fundo Municipal de Educação de Ariquemes, CNPJ: 30.984.161/0001-28

Endereço: Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional, CEP: 76.872-854

Telefone: (69) 3516-2087

11.2 No corpo da nota deverá conter:

- a descrição detalhada dos serviços realizados pela empresa contratada;
- o número da cotação, Processo, Empenho;

- número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.

- Caso o recurso seja proveniente de emendas federais ou estaduais, citar o número da proposta/convênio/contrato de repasse.

12. Condições de Participação

12.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria;

12.2 Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

12.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

12.3.1 aquele que não atenda às condições deste Termo de referência e seu(s) anexo(s);

12.3.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

12.3.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

12.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

12.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.3.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.3.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

12.3.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

12.3.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

12.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

12.3.12 Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

12.3.13 Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

13. Do Instrumento Contratual e Obrigações

13.1 As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato, apêndice deste Termo de Referência.

14. Justificativa Formação Registro de Preço

14.1 O sistema de registro de preços poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações de bens e serviços, conforme art. 64 do Decreto municipal 19.359/22, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo;

14.2 O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

14.3 O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

14.4 O presente registro de preços de serviço, se enquadra nas hipóteses de 01 a 03, considerando que este objeto enseja contratações frequentes e atende as secretarias municipais pela natureza do objeto, por isso se a contratação não se prover via registro de preços, teríamos que reprisá-la várias vezes ao ano, o que demonstra ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência, além do que, dada a instabilidade orçamentária em face da variação na arrecadação das receitas do Município.

15. Da Ata de Registro Preço

15.1 As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

15.2 Da Formação do Cadastro Reserva

15.2.1. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, e antes da fase de habilitação, os licitantes remanescentes serão convocados a encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, manifestação de interesse em compor o cadastro reserva, mediante envio de e-mail para: pregaopma@hotmail.com, nos termos do Decreto nº 19.359/2022.

15.2.1. Os três primeiros licitantes mais bem classificados que manifestarem interesse dentro do prazo comporão o cadastro reserva.

15.2.2. Poderão compor o cadastro reserva os licitantes que aceitarem fornecer os bens ou serviços pelos mesmos valores do licitante vencedor, respeitada a ordem de classificação, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359 /2022.

15.2.3. No e-mail de manifestação de interesse, os licitantes deverão informar, de forma detalhada, os itens que desejam incluir no cadastro reserva, contendo obrigatoriamente: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo (conforme proposta apresentada inicialmente), valor unitário igual ao do licitante vencedor e valor total correspondente.

15.3. Ao término dos procedimentos licitatórios, os licitantes classificados no cadastro reserva serão convocados nos mesmos termos previstos para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a fim de firmar a Ata de Cadastro de Reserva, conforme modelo anexo ao edital.

15.4. Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de registro de Preços, a Gerência ficará responsável em proceder a convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.

15.5 Da renovação dos quantitativos

15.5.1 Em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626 /2024, e com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado e condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos para a prorrogação de sua vigência.

15.5.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

15.5.2.1 Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

15.5.2.2 Previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

15.5.2.3 Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

15.5.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

16. Apêndices

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP (ID 3610556)

II - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3610687)

III - Quadro de Distribuição (ID 3639656)

IV - Minuta de Contrato (ID 3842269)

V - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3842270)

VI - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3644936)

17. Informações Gerais

17.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2022 com Raiany Carvalho Silva ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

17.2 O presente Termo de Referência foi elaborado por Guilherme Aléssio Silva Cassol, Membro da Diretoria de Compras, revisado por Laura Bezerra da Silva, cargo de Coordenadora de Artefatos Digitais e aprovado pelos secretários municipais conforme listados abaixo.

Ariquemes/RO, 23 de abril de 2026.

Elaborado por: Guilherme Aléssio Silva Cassol Membro da Diretoria de Compras	Revisado por: Laura Bezerra da Silva Coordenadora de Artefatos Digitais
---	--

Na forma do que dispõe o artigo 8º parágrafo 3º e artigo 12 parágrafo 2º e 4º do Decreto Municipal n.º 19.228/22, aprovamos o presente Termo de Referência.

Sandra Marcia Neves Secretária Municipal de Educação	Gabriel Santos Dalla Costa Secretário Municipal de Saúde
Natanael Emerson Pereira de Lima Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	Elizete Gonçalves de Lima Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Micheline Barcelos Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZETE GONCALVES DE LIMA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

MICHELINE BARCELOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SANDRA MARCIA NEVES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

Despacho: ELABORADOR DO TERMO DE REFERÊNCIA

GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL
MEMBRO DA DIRETORIA DE COMPRAS - SML



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 14:17:31.

Despacho: REVISADORA DO TERMO DE REFERÊNCIA

LAURA BEZERRA DA SILVA
Coordenadora de Artefatos Digitais



GABRIEL SANTOS DALLA COSTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	Nº 394/25 Retif.	23/04/2026
ID: 3942006	Processo	Documento
CRC: 39F80C4D		
Processo: 8-19820/2025		
Usuário: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Criação: 23/04/2026 13:22:31	Finalização: 23/04/2026 13:33:39	
MD5: 2DDC1FC08491F2A93D9B6D2E27A0D590		
SHA256: CF35E20A4BA641DE5F0586ECC992C0169C8EC0048C8DDE97F76A461775ABAA43		

Súmula/Objeto:

Termo de Referência Nº 394/25 Retif.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	23/04/2026 13:06:47
--	-----------	----	---------------------








ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	23/04/2026 13:06:47
--------------------------	---------------------

CIENTES

JULIA OLIVEIRA FERREIRA ZANATTA	23/04/2026 15:28:26
ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	24/04/2026 07:28:00

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	DIRETORIA DE COMPRAS E NÚCLEO DE COTAÇÕES - SML	23/04/2026 13:33:50
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	LAURA BEZERRA DA SILVA	COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS	23/04/2026 13:37:47
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	MICHELINE BARCELOS	SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)	23/04/2026 13:57:04
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	SANDRA MARCIA NEVES	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	23/04/2026 14:13:55
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	24/04/2026 08:19:13
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	GABRIEL SANTOS DALLA COSTA	Secretário Municipal de Saúde	24/04/2026 08:22:52
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC	24/04/2026 08:55:11
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3942006 e o CRC 39F80C4D.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DE CONTRATO
51/2026

Contrato nº /2026

Processo nº 19820/2025

Registro de Preço de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Martelete, Roçadeira e Plainas).

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E A EMPRESA, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, Setor Institucional, nº 2.166, representada pela Sr(a). _____, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE _____ doravante CONTRATANTE e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 19820/2025/SEMOSP, Pregão Eletrônico nº ____/2026/CPL/SML/PMA, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preço de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Martelete, Roçadeira e Plainas), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ALÇA DE APOIO PNE Local Indicado: Banheiros Material: Metal Tipo de Material: Aço inox Altura: 15 cm Largura: 20 cm Comprimento: 55 cm Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato: Reto	389597	UND	38	XXX	XXX
2	Bomba Submersa Modelo: Multiestágio Aplicação: Submersa Frequência: 50/60 HZ Tensão Alimentação: 254 V Potência: 1,5 HP Tipo Motor: Elétrico Monofásico Características Adicionais: Vazão Máx.6.000 m³/h; e Vazão Mín.: 1.000 m³/h. Alt.: Máx.: MCA 113 e Alt.: Mín.: MCA 28,2	603505	UND	2	XXX	XXX
3	Esmerilhadeira Angular a bateria Rotações por minuto: 11000 rpm Diâmetro do disco: 115mm Peso mínimo: 2kg Bateria: 18V 2 baterias 18V 5.0 Ah. Com carregador.	484052	UND	2	XXX	XXX

4	Kit automatizador de portão deslizante automático 01 Motor de no mínimo: 1/3Cv Peso mínimo do portão: 400kg Cremalheira: Mínimo 4 metros Embreagem Eletrônica (Configurável) Coroa e sem fim interno (engrenagens) em liga metálica Acionamento ultra rápido 01 Placa Eletrônica 02 Controles 02 Chaves para o destravamento do motor em caso de falta de energia 01 Capa protetora do motor 02 Imãs sensor hall 01 Capacitor. Protetor térmico contra queima por aquecimento Voltagem: 110V	365167	UND	5	XXX	XXX
5	Martelete Tensão: 127V ou 220 V Tipo: Demolidor Potência: mínimo 2000W Força: Mínimo 62J Emissão de vibrações ah: mínimo 8.5 m/s Incerteza K: 1.5 m/s ² Impactos por minuto: mínimo 870	485697	UND	2	XXX	XXX
6	Plaina 82mm Bivolt Capacidade por passada: 3 mm Tamanho da faca: 82mm Dimensões mínimas (CxLxA): 368x157x164 mm Peso minimo 3,6kg 02 Baterias 18 v	220735	UND	2	XXX	XXX
7	Plaina Elétrica desengrosso Potência: 1.650 WATT Largura Corte: 304 MM Profundidade Corte: 3 MM Comprimento Mesa: 304 MM Largura Mesa: 771 MM Rotação: 8.500 RPM Voltagem: 220 V Aplicação: Plainar Madeira Características Adicionais: Parada Rápida Dimensões: 483 X 771 X 401 MM	276089	UND	2	XXX	XXX
8	Roçadeira Profissional a Gasolina Especificações mínimas obrigatórias: Tipo Motor: gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com sistema de ignição eletrônica. Potência Motor: mínima de 2,0 kW (2,7 HP), com cilindrada mínima de 40 cm ³ (± 2 cm ³). Tipo Cortador: compatível com lâmina de aço (faca de 3 pontas ou dupla-face) e suporte para fio de nylon. Peso Aproximado: máximo de 8,5 kg (sem conjunto de corte,	295584	UND	9	XXX	XXX
9	Serra Circular Diâmetro Disco: 7 1/4 POL, Diâmetro Furo Disco: 16 MM, Capacidade Corte A 45°: 49 MM, Capacidade Corte A 90°: 66 MM, Potência mínima: 1.800 W, Rotação mínima: 5.800 RPM, Aplicação: Corte De Madeira , Voltagem: 220, Itens Inclusos: Lâmina de serra CTC, Chave allen, guia de alinhamento e Manual.	449875	UND	6	XXX	XXX
10	Serra tico tico Capacidades mínimas: - Madeira : 65mm - Aço : 2mm Comprimento mínimo do golpe : 18mm Golpes por minuto : 0 - 2.400 Peso mínimo : 1,7kg Bateria mínimo 12V	220177	UND	5	XXX	XXX
11	TORNO BANCADA TIPO: MORSA HIDRAULICA COMPRIMENTO MORSA FIXA: 350 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 0 COM FUSO INTERNO CURTO MATERIAL: FERRO FUNDIDO MODULAR Torno Bancada Tipo: Morsa Hidraulica Comprimento Morsa Fixa: 350 MM Características Adicionais: Nº 0 Com Fuso Interno Curto Material: Ferro Fundido Modular		UND	1	SUPRIMIDO	

12	VASO SANITÁRIO PNE Altura (cm) : 79 Largura (cm) : 38.5 Comprimento (cm) : 63.5 Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato da Bacia : Oval Acompanha Assento : Sim Acompanha Fixação : Sim Possui Conforto PNE : Sim Tipo de Bacia com Caixa : Bacia com Caixa Acoplada Assento com Fechamento Suave : Não Acabamento (Construção e Acabamento) : Esmaltado Acionamento da Válvula de Descarga : Duplo Material Principal Construção e Acabamento : Cerâmica	452039	UND	20	XXX	XXX
----	--	--------	-----	----	-----	-----

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1. CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/26.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

8.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade

Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 96, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos, elaborados para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DO OBJETO

11.1 A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos e exigência no Termo de Referência, elaborados para a contratação.

11.2 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à execução do serviço e bens acessórios ao contrato.

11.3 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

11.4 Os materiais deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega no órgão licitante;

a) A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

11.5 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

11.6 O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

11.7 A empresa vencedora do processo licitatório deverá fornecer, sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do objeto em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar o usuário na operacionalidade e manutenção corretas, quando for o caso.

11.8 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

12.1 A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

12.2 A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

12.3 A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

12.4 A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

12.5 Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

12.6 A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

12.7 A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

12.8 A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

12.9 A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.

12.10 A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

12.11 A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

12.12 A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

12.13 A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

12.14 A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b, c, d e i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e, f, g e h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b, c, d e i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica

serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social;

Programações:

08.122.0018.2400 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0018.2403 - MANUTENCAO DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR

08.244.0017.2405 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS)

08.244.0019.2406 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

08.244.0017.2407 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA IGD SUAS

08.244.0019.2408 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

08.244.0017.2414 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

08.244.0022.2415 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ

08.244.0022.2417 - CRESCENDO BEM

08.244.0017.2419 - VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL

08.244.0022.2423 - MAMÃE CHEGUEI

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: RP/ Recurso da União/ Recurso Estadual.

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

Programação: 27 122 0026 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

Programação: 13 392 0014 2801 - Promoção da Cultura;

Programação: 23.695.0027.2806 - Fomento ao Turismo;

Programação: 27 812 0028 2803 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica

Fonte de Recurso: RP Próprio

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Programação:

10.301.0035.1200 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde APS;

10.302.0037.1203 - Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde - MAC,

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00

Fonte de Recurso: RP-1.500

SEMED:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Educação

Programação: 02.007.12.361.0006.3001 - Manutenção das Atividades da SEMED

02.007.12.364.0006.3016 - Qualificação Profissional UAB

02.007.12.361.0029.3010 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

02.007.12.365.0030.3017 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil Pre

02.007.12.365.0030.3018 - Manutenção do Ensino Infantil Creches

02.007.12.367.0029.3023 - Manutenção das Atividades da Educação Inclusiva

02.007.12.361.0006.3025 - Manutenção das Atividades dos Conselhos de Educação (CME, CASs e CAE)

02.007.12.361.0006.3027 - Manutenção da Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha

Elemento de despesa: 44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1.500.1001 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de Recurso: 1.550.0000 - Transferência de Salário Educação

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento

Programação: 02.06.04.122.0005.2013 Manutenção da Casa dos Conselhos

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material permanente

Fonte de Recurso: Outros Recursos não vinculados

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

3.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ariquemes/RO,de de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Prefeitura Municipal de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-16	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 22/04/2026 às 13:45, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA, SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC**, em 22/04/2026 às 14:29, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELINE BARCELOS, SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)**, em 22/04/2026 às 15:15, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL SANTOS DALLA COSTA, Secretário Municipal de Saúde**, em 22/04/2026 às 21:33, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZETE GONCALVES DE LIMA#, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 23/04/2026 às 08:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3938188** e o código verificador **4725D755**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	JULIA OLIVEIRA FERREIRA ZANATTA	***.106.552-**	22/04/2026 15:44
2	ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	***.362.462-**	23/04/2026 07:20

Referência: [Processo nº 8-19820/2025](#).

Docto ID: 3938188 v1

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Estudo Técnico Preliminar 399/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 19820/2025

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade atender à demanda das Secretarias Municipais participantes — **SEMSAU, SEMPOG, SEMDES, SEMED e SEMTEC** — quanto à necessidade de aquisição de **materiais permanentes utilizados em atividades de construção civil**, especialmente **bombas submersas, marteleiros, roçadeiras e plainas**.

A necessidade decorre da **insuficiência, obsolescência ou desgaste dos equipamentos atualmente disponíveis**, os quais são fundamentais para a execução de atividades de manutenção predial, reparos emergenciais, conservação de áreas públicas e apoio às rotinas administrativas de cada secretaria. Em diversas unidades, constatou-se que os equipamentos existentes apresentam **falhas frequentes**, elevado custo de manutenção ou **não atendem mais às demandas operacionais**, gerando atrasos e redução da eficiência dos serviços públicos.

A contratação visa garantir **continuidade, segurança e qualidade** nas atividades desempenhadas pelas equipes de manutenção, zeladoria, obras e infraestrutura vinculadas às secretarias demandantes. Além disso, a disponibilização de equipamentos adequados contribui para o cumprimento de metas institucionais relacionadas à manutenção preventiva dos prédios públicos, melhoria da infraestrutura e aprimoramento dos serviços prestados aos cidadãos.

Relevância e Justificativa

A contratação é indispensável para assegurar que os serviços públicos mantidos pelo Município de Ariquemes sejam executados com **eficiência, economicidade e segurança**, atendendo ao interesse público. Equipamentos como bombas submersas, marteleiros, roçadeiras e plainas são essenciais para:

- ações corretivas e preventivas de manutenção predial;
- intervenções estruturais emergenciais;
- conservação de áreas externas, jardins, campos e áreas de uso coletivo;
- apoio a pequenas obras, reparos e adequações necessárias às atividades fim de cada secretaria.

A ausência desses materiais poderá resultar em **interrupções nos serviços**, atrasos em manutenções essenciais, aumento de gastos com contratação de terceiros, risco à integridade física das equipes de trabalho e perda de qualidade na prestação dos serviços públicos.

Além disso, a contratação se alinha às diretrizes legais e administrativas que determinam a responsabilidade do Município na **adequada conservação dos bens públicos**, garantindo a funcionalidade dos espaços utilizados pela população e pelos servidores.

Público-Alvo e Benefícios

Serão diretamente beneficiados:



- as equipes internas de manutenção e infraestrutura das secretarias participantes;
- os servidores que atuam em prédios e espaços públicos que dependem de manutenção adequada;
- indiretamente, toda a **população de Ariquemes**, que usufrui dos serviços e estruturas mantidas pelas secretarias.

Os principais benefícios da contratação incluem:

- aumento da eficiência operacional nas atividades de manutenção e conservação;
- redução de custos com manutenções emergenciais e serviços terceirizados;
- melhoria da qualidade dos espaços públicos;
- maior segurança para as equipes que realizam serviços manuais e operacionais;
- padronização dos equipamentos, facilitando manutenção e reposição futura.

Alinhamento Institucional

A contratação está alinhada às diretrizes do planejamento estratégico municipal que preveem:

- aprimoramento dos serviços públicos ofertados;
- reforço das ações de manutenção preventiva e corretiva;
- modernização de equipamentos e ferramentas de trabalho;
- melhoria contínua da infraestrutura física das unidades municipais.

A necessidade também se relaciona a objetivos institucionais de **eficiência administrativa, qualidade no atendimento ao cidadão e economicidade** na execução das atividades públicas.

Caracterização da Demanda

A demanda possui caráter **contínuo e de longo prazo**, uma vez que os equipamentos são de uso permanente e fundamental para atividades rotineiras das secretarias. Há especificidades técnicas quanto à capacidade dos marteletes, potência das bombas submersas, especificações das roçadeiras e características das plainas, exigindo padronização adequada no Termo de Referência.

O levantamento da necessidade contou com a participação das seguintes secretarias:

SEMSAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

SEMPOG - SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO;

SEMDES - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL;

SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

SEMTEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA.

Encaminharam suas demandas por meio de DFDS e justificativas formais.

No âmbito da **Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU)**, a necessidade decorre da manutenção constante das instituições de saúde, muitas delas situadas em prédios antigos que demandam reparos frequentes, intervenções estruturais, manutenção de áreas externas e serviços de conservação, garantindo condições adequadas de higiene, segurança e atendimento à população.



A **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG)** justifica a contratação pela necessidade de aquisição de materiais permanentes como bomba submersa, marteleiro, roçadeira e plaina, indispensáveis à manutenção preventiva dos prédios públicos. Tais aquisições visam assegurar a continuidade dos serviços administrativos, preservar o patrimônio público, evitar deteriorações estruturais e reduzir custos com reparos corretivos mais onerosos.

No caso da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES)**, a demanda envolve tanto ações de acessibilidade quanto manutenção predial e de áreas externas. As alças de apoio (PNE) serão instaladas em banheiros adaptados, promovendo acessibilidade em conformidade com as normas vigentes. As roçadeiras profissionais atenderão à manutenção de áreas externas no Conselho Tutelar II, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Espaço Conviver) e no CRAS, locais que exigem limpeza e conservação contínuas. A serra circular possibilitará pequenos reparos que asseguram a integridade e conservação dos espaços, otimizando o trabalho das equipes e evitando desgaste excessivo dos equipamentos.

A **Secretaria Municipal de Educação (SEMED)** aponta a necessidade de aquisição de materiais permanentes para construção civil com a finalidade de garantir reparos, ampliações e manutenções das unidades escolares e departamentos vinculados. Esses materiais são essenciais para proporcionar infraestrutura adequada, segura e funcional, permitindo que as equipes de manutenção atuem com eficiência, agilidade e autonomia, sem dependência de meios externos. A contratação assegura condições adequadas para execução de serviços que preservam a qualidade dos ambientes educacionais e o cumprimento dos prazos das intervenções.

A **Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (SEMTEC)** justifica a contratação pela necessidade contínua de manutenção e adequação dos prédios públicos, espaços esportivos e culturais sob sua gestão. Esses locais demandam intervenções recorrentes para garantir boas condições estruturais, segurança dos usuários e continuidade das atividades institucionais, esportivas, turísticas e culturais. O uso do Registro de Preços é especialmente adequado para atender às demandas variáveis das unidades, otimizando os recursos públicos e evitando a formação de estoques desnecessários.

Diante desse conjunto de necessidades, observa-se que os materiais permanentes de construção civil são essenciais para assegurar a continuidade dos serviços públicos, preservar o patrimônio municipal, promover segurança de servidores e usuários e garantir condições adequadas de funcionamento das diversas estruturas públicas. A contratação por meio de Registro de Preços revela-se a solução mais eficiente, econômica e flexível, permitindo aquisições conforme demanda real e atendendo simultaneamente às necessidades das distintas secretarias.

Análise de Cenários

Foram avaliadas alternativas como:

- a redistribuição de equipamentos entre secretarias;
- o conserto dos equipamentos antigos;
- a terceirização de serviços de manutenção.

Porém, essas alternativas foram descartadas pelos seguintes motivos:

- os equipamentos disponíveis estão insuficientes ou com desgaste irreversível;
- o custo de manutenção dos equipamentos antigos se mostra antieconômico;
- a terceirização se mostra mais onerosa que a aquisição dos itens permanentes;
- a redistribuição não contemplaria todas as demandas e prejudicaria setores já carentes.

Há histórico de contratações semelhantes, que resultaram em **melhorias significativas na capacidade operacional das equipes de manutenção**, reforçando a viabilidade e necessidade de manter o processo de aquisição de equipamentos permanentes para construção civil.



3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEMDES – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	MICHELINE BARCELOS
SEMTEC – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
SEMSAU – Secretaria Municipal de Saúde	MARCOS PAIVA FREITAS
SEMPOG – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	ELIZETE GONÇALVES DE LIMA
SEMED - Secretaria Municipal de Educação	SANDRA MARCIA NEVES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação deve observar um conjunto de requisitos essenciais para assegurar que os materiais permanentes adquiridos atendam adequadamente às necessidades das secretarias participantes, garantindo desempenho, durabilidade, segurança e padronização técnica. Os requisitos estão organizados conforme as diretrizes estabelecidas pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e pela IN SEGES nº 58/2022.

4.1 Requisitos Funcionais

Os materiais permanentes a serem adquiridos devem atender às seguintes funções gerais necessárias às atividades de manutenção, infraestrutura e conservação desempenhadas pelas secretarias municipais:

1. **Permitir a execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva** em estruturas, instalações e edificações públicas, garantindo suporte operacional às equipes das secretarias participantes.
2. **Possibilitar intervenções estruturais e operacionais**, como reparos, adequações, substituições de componentes, recuperação de superfícies ou melhoria de espaços físicos, conforme demanda de cada unidade administrativa.
3. **Viabilizar a realização de serviços de conservação de áreas internas e externas**, incluindo manejo de vegetação, limpeza, ajustes, nivelamentos e adequações que contribuam para a manutenção do ambiente público.
4. **Oferecer suporte às atividades rotineiras de manutenção e zeladoria**, permitindo que as equipes executem tarefas com eficiência, segurança e agilidade.
5. **Atender às necessidades de pequenas obras e intervenções emergenciais**, garantindo o pronto atendimento de situações que exijam resposta rápida da Administração.
6. **Contribuir para o funcionamento adequado das operações internas**, possibilitando que os servidores utilizem equipamentos compatíveis com as atividades de campo, infraestrutura e serviços gerais.
7. **Garantir desempenho adequado às demandas de uso contínuo**, apoiando atividades que requerem ações periódicas de manutenção e conservação em prédios, áreas externas, instalações e espaços públicos.

4.2 Requisitos Não Funcionais

Estes requisitos tratam de aspectos de desempenho, segurança, durabilidade e condições de fornecimento:

- **Durabilidade e robustez:** os equipamentos devem apresentar vida útil compatível com seu uso contínuo em ambiente operacional de manutenção.



- **Ergonomia e segurança:** devem atender aos padrões de segurança do trabalho, proporcionar manuseio seguro e minimizar riscos ao operador.
- **Garantia mínima:** garantia técnica não inferior ao mínimo exigido no mercado para equipamentos de construção civil (preferencialmente 12 meses).
- **Assistência técnica:** o fornecedor deve disponibilizar rede de assistência técnica autorizada no território nacional.
- **Entrega e instalação (quando aplicável):** os itens devem ser entregues montados ou acompanhados de manual de montagem e operação.
- **Manual em português:** todos os equipamentos devem ser acompanhados de manual técnico em língua portuguesa.
- **Nota fiscal e rastreabilidade:** os produtos devem ser novos, sem uso anterior, acompanhados de NF e número de série válido para rastreamento.

4.3 Requisitos Normativos e Legais

Os itens contratados devem atender, quando aplicável:

- às normas técnicas da **ABNT** referentes a equipamentos elétricos e de segurança operativa;
- às regras de segurança estabelecidas pelo **Ministério do Trabalho**, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis, como **NR-6 (EPI)** e **NR-12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos)**;
- aos requisitos de rotulagem e conformidade estabelecidos pelo **Inmetro** para equipamentos elétricos;
- às obrigações estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à qualidade, garantia, manutenção e rastreabilidade dos bens;
- às determinações da IN SEGES nº 58/2022 quanto à clareza, objetividade e adequação do objeto;
- à legislação ambiental relacionada ao descarte de resíduos e peças substituídas, quando aplicável.

4.4 Padrões de Mercado

- Os equipamentos devem corresponder a **modelos amplamente comercializados**, evitando especificações restritivas.
- Devem apresentar **características técnicas compatíveis** com o padrão das principais marcas do setor, garantindo competitividade e viabilidade no mercado.
- Devem utilizar **componentes de reposição de fácil obtenção**, com disponibilidade nacional.
- A potência, voltagem, capacidade e demais especificações serão definidas com base em padrão mínimo utilizado no mercado para os tipos de uso típicos da Administração Pública.

4.5 Requisitos de Sustentabilidade

Embora não obrigatórios em todos os itens, devem ser preferencialmente observados:

- eficiência energética nos equipamentos elétricos;
- materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental;
- menor consumo de combustível (no caso das roçadeiras a combustão);



- menor nível de ruído possível, atendendo às normas aplicáveis.

4.6 Condições de Fornecimento

- Os itens devem ser fornecidos **via Registro de Preço**, conforme demanda das secretarias participantes.
- O fornecedor deverá garantir **substituição imediata** em caso de defeito de fabricação identificado no recebimento.
- A entrega deverá ocorrer no endereço informado pela Superintendência Municipal de Licitações, em prazo compatível com o TR.
- Não será aceita entrega de produtos recondicionados, usados ou remanufaturados.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado teve como objetivo identificar as soluções disponíveis, avaliar fornecedores potenciais, analisar condições logísticas, estimar preços praticados e identificar riscos e oportunidades que possam influenciar a contratação. As informações foram obtidas por meio de consultas exploratórias a catálogos de fabricantes, distribuidores, varejistas especializados e registros de contratações públicas anteriores.

5.1 Identificação das Soluções Disponíveis no Mercado

Produtos e Tecnologias Disponíveis

O mercado nacional disponibiliza ampla variedade de equipamentos voltados a atividades de manutenção, infraestrutura e construção civil, atendendo plenamente à necessidade da Administração. As principais soluções identificadas incluem:

- Equipamentos elétricos e a combustão amplamente utilizados para serviços de manutenção.
- Soluções portáteis e de fácil manuseio, utilizadas tanto para obras internas quanto para serviços externos.
- Equipamentos classificados como bens permanentes, com vida útil prolongada e ampla disponibilidade de peças de reposição.

Modelos, Marcas e Opções Técnicas

Foram identificados diversos modelos e fabricantes, amplamente comercializados no território nacional. Entre as opções mais encontradas, destacam-se:

- **Marcas reconhecidas** no setor de ferramentas elétricas e equipamentos para construção civil.
- **Modelos profissionais**, de uso contínuo, destinados ao setor público e empresas de engenharia.
- **Modelos de linha doméstica reforçada**, com menor custo e menor capacidade operacional, porém disponíveis no mercado.

Principais Características Técnicas

De forma geral, os itens comercializados apresentam:

- Estrutura robusta, com variação de potência e capacidade conforme modelo.



- Componentes elétricos ou mecânicos de fácil manutenção.
- Disponibilidade de equipamentos com diferentes tensões (127V ou 220V).
- Opções com tecnologia antivibração, motores mais eficientes e sistemas de segurança aprimorados.
- Acompanhamento de manuais técnicos, garantia e disponibilidade de assistência autorizada.

5.2 Fornecedores Potenciais

Principais Tipos de Fornecedores

O mercado conta com ampla diversidade de fornecedores, incluindo:

- **Lojas de materiais de construção e ferragens** localizadas na região.
- **Distribuidores nacionais** especializados em equipamentos profissionais.
- **Fabricantes com representação nacional**, que atendem diretamente órgãos públicos.
- **Comércio eletrônico especializado**, com grande variedade e disponibilidade imediata.
- **Representações comerciais de grandes marcas internacionais** que fornecem ao Brasil.

Abrangência Geográfica

- **Fornecedores regionais:** oferecem vantagens logísticas e prazos menores de entrega.
- **Fornecedores nacionais:** maior variedade de marcas e modelos, com capacidade para atender grandes demandas.
- **Fornecedores internacionais:** atuam por meio de distribuidores brasileiros, garantindo conformidade com padrões nacionais.

Histórico de Atendimento ao Setor Público

Grande parte dos fornecedores identificados possui experiência em:

- Participar de processos licitatórios municipais, estaduais e federais.
- Fornecer equipamentos de construção civil para órgãos públicos.
- Atender demandas de Registro de Preço.
- Emitir notas fiscais eletrônicas e cumprir obrigações legais de garantia e suporte.

5.3 Condições de Fornecimento e Logística

- **Prazos de entrega:** variam de 5 a 30 dias úteis, dependendo do estoque e da localização do fornecedor.
- **Disponibilidade:** elevada, pois os itens são amplamente comercializados no mercado nacional.
- **Restrições logísticas:** podem ocorrer para equipamentos de maior porte ou para municípios distantes de centros distribuidores.
- **Assistência técnica:** a maioria das marcas possui rede de assistência autorizada em várias regiões do país.
- **Garantia:** normalmente varia de 6 a 12 meses, podendo ser estendida em alguns modelos.
- **Transporte:** geralmente realizado via transportadoras, podendo incluir frete grátis ou subsidiado em compras por atacado.



5.4 Aspectos Econômicos e Preços Praticados

Faixa de Preços

Os preços observados no mercado apresentam variações conforme:

- marca e origem do equipamento,
- potência,
- modelo profissional ou doméstico,
- local do fornecedor,
- capacidade operacional do equipamento.

Os valores variam dentro de faixas médias amplamente encontradas no comércio nacional.

Custos Inclusos

Dependendo do fornecedor, os preços podem incluir:

- impostos,
- frete,
- garantia,
- condições especiais para compras governamentais,
- possíveis custos adicionais com instalação ou acessórios.

Base de Referência

Para a definição futura de estimativa de preços poderão ser utilizados:

- cotações formais obtidas junto a fornecedores,
- notas de empenho de outros municípios,
- atas de registro de preços vigentes em órgãos públicos,
- pesquisas de preços em catálogos e varejistas.

5.5 Riscos e Oportunidades no Mercado

Riscos Identificados

- **Desabastecimento pontual** de determinados modelos devido à alta demanda sazonal.
- **Oscilações de preço** causadas por variação cambial ou custo de produção.
- **Dependência de determinados fabricantes**, podendo reduzir competitividade.
- **Obsolescência técnica** de equipamentos mais simples, que podem não acompanhar a evolução tecnológica.

Oportunidades Identificadas

- **Diversidade de fornecedores**, que favorece ampla competitividade.
- **Possibilidade de compras conjuntas** entre secretarias via Registro de Preço.
- **Economia de escala**, permitindo valores mais vantajosos.



- **Ampla oferta de modelos**, facilitando a seleção de soluções compatíveis com o interesse público.
- **Facilidade de reposição de peças**, reduzindo paralisações em manutenção.

6. Descrição da solução como um todo

Após o levantamento de mercado, foram identificadas **diversas soluções possíveis** para atender à necessidade de aquisição de materiais permanentes de construção civil (equipamentos como bombas submersas, marteletes, roçadeiras e plainas). As soluções variam conforme origem, disponibilidade, modelo e capacidade técnica. A análise comparativa teve como foco a oferta, a qualidade, a conformidade normativa e a necessidade de adaptação para o uso institucional.

6.1 Comparativo das Possíveis Soluções Identificadas

1. Equipamentos adquiridos de fornecedores locais (comércio regional)

Disponibilidade: Ampla para alguns itens, porém limitada para modelos profissionais.

Normas e Certificações: Geralmente atendem normas nacionais básicas (ex.: INMETRO), conforme exigência do fabricante.

Customização: Não há necessidade de customização.

Vantagens:

- Entrega rápida
- Assistência técnica mais próxima
- Maior facilidade de comunicação com fornecedor

Desvantagens:

- Variedade reduzida
- Preços, em alguns casos, superiores aos do mercado nacional amplo

2. Equipamentos adquiridos de distribuidores nacionais (atacadistas e redes especializadas)

Disponibilidade: Ampla, com grande variedade de modelos e marcas profissionais.

Normas e Certificações: Geralmente atendem normas técnicas nacionais e especificações de fabricantes reconhecidos.

Customização: Não necessária.

Vantagens:

- Maior competitividade de preços
- Diversidade técnica e modelos profissionais
- Disponibilidade de peças e suporte pós-venda

Desvantagens:

- Prazos de entrega moderados conforme logística

3. Equipamentos adquiridos via distribuidores de marcas internacionais (representação oficial no Brasil)

Disponibilidade: Alta, porém concentrada em linhas específicas.

Normas e Certificações: Atendem certificações internacionais e nacionais.

Customização: Desnecessária.

Vantagens:



- Alta durabilidade
- Alto desempenho técnico
- Confiabilidade da marca

Desvantagens:

- Preço mais elevado
- Dependência de importação para peças específicas

4. Equipamentos adquiridos por meio de comércio eletrônico especializado

Disponibilidade: Muito ampla.

Normas e Certificações: Variável; depende do fornecedor e marca.

Customização: Não aplicável.

Vantagens:

- Grande variedade e agilidade de pesquisa
- Competitividade nos preços

Desvantagens:

- Riscos maiores de garantia
- Dificuldade de assistência técnica imediata

6.2 Avaliação Geral das Soluções

Disponibilidade no mercado:

As soluções apresentam ampla oferta no mercado nacional, permitindo competição e facilidade de reposição.

Normas e Certificações:

A maioria dos itens possui conformidade com normas nacionais, especialmente certificações de segurança elétrica (INMETRO) e requisitos de fabricantes profissionais.

Customização:

Os itens são padronizados e **não exigem customização**, pois são produzidos em série e aplicados diretamente nas atividades de manutenção pública.

6.3 Solução Selecionada

A solução selecionada consiste na **aquisição de equipamentos permanentes amplamente comercializados no mercado nacional**, provenientes de fornecedores regionais e nacionais que atendam aos requisitos mínimos de desempenho, segurança e garantia.

Essa solução foi escolhida por oferecer:

- **ampla competitividade,**
- **diversidade de fornecedores,**
- **padronização técnica,**
- **conformidade normativa,**
- **maior eficiência operacional,**
- **facilidade de reposição e manutenção,**



- **adequação imediata ao uso pela Administração Pública**, sem necessidade de adaptações.

6.4 Justificativa para a Escolha da Solução

Por que essa solução foi escolhida em detrimento das outras?

Entre todas as alternativas, a solução com aquisição direta de **equipamentos amplamente disponíveis no mercado nacional**, sem customizações, mostrou-se a mais vantajosa por:

- apresentar **maior oferta e concorrência entre fornecedores**, reduzindo riscos e ampliando a economicidade;
- permitir **variedade de marcas e modelos**, atendendo às necessidades das secretarias participantes;
- possuir **rede de assistência técnica** estabelecida em diversas regiões, garantindo suporte pós-venda;
- minimizar riscos de obsolescência, devido à ampla disponibilidade de peças e modelos atualizados.

Benefícios identificados

- **Eficiência operacional:** equipamentos prontos para uso, sem necessidade de adaptações.
- **Durabilidade:** bens permanentes de qualidade, com vida útil longa.
- **Sustentabilidade:** equipamentos modernos consomem menos energia e possuem tecnologias mais eficientes.
- **Inovação:** acesso a modelos atualizados, com melhorias de desempenho e segurança.

Disponibilidade no mercado

A solução apresenta **oferta ampla**, com fornecedores de vários portes e regiões, garantindo:

- preços competitivos;
- facilidade logística;
- menor risco de desabastecimento;
- maior segurança jurídica no processo licitatório.

6.5 Tipo de Objeto da Contratação

O objeto é classificado como **bem permanente**, destinado ao uso prolongado, enquadrado como **equipamentos de apoio operacional para manutenção e infraestrutura**. São itens padronizados e de uso geral, não configurando solução personalizada ou especializada.

6.6 Critérios de Julgamento e Tipo de Adjudicação

Critério de Julgamento

A contratação adotará o critério de **menor preço por item**, considerando que:

- os itens possuem características padronizadas no mercado;
- cada item possui natureza independente;
- há ampla disponibilidade e competitividade individual.



Tipo de Adjudicação

Será adotada a **adjudicação por item**, permitindo maior competitividade e a participação de micro e pequenas empresas, fornecedores regionais e nacionais.

6.7 Requisitos de Qualidade

A solução deverá garantir:

- conformidade com normas e regulamentações nacionais aplicáveis (ex.: certificação INMETRO, quando exigida);
- garantia mínima conforme legislação e padrões de mercado;
- adequação ao uso contínuo em ambiente institucional;
- durabilidade compatível com bens permanentes;
- disponibilidade de assistência técnica autorizada.

6.8 Continuidade da Contratação

A contratação é necessária para assegurar a **continuidade das atividades de manutenção de prédios públicos, áreas externas, infraestrutura urbana e apoio às rotinas das secretarias**. A ausência dos equipamentos pode:

- interromper serviços essenciais,
- aumentar custos de manutenção corretiva,
- comprometer a eficiência e segurança das equipes,
- gerar dependência de serviços terceirizados.

6.9 Justificativa Final da Solução

Considerando a análise do mercado, os riscos e oportunidades, a disponibilidade ampla das soluções e os benefícios para o interesse público, a escolha pela aquisição de equipamentos permanentes padronizados, amplamente comercializados e sem necessidade de customização é a opção **mais adequada, eficiente e econômica** para atender às necessidades das secretarias municipais.

A solução:

- é **tecnicamente viável**,
- é **economicamente vantajosa**,
- possui **ampla competitividade**,
- está em **conformidade com as normas aplicáveis**,
- atende plenamente às demandas operacionais da Administração.

7. DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos



registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência. A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência; previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório; justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público. A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

8. JUSTIFICATIVA PARA NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública *pode* exigir garantia contratual como condição para celebração do contrato, desde que haja justificativa relacionada à natureza, ao vulto ou à complexidade do objeto.

Entretanto, considerando as características específicas desta contratação, cujo objeto é o **Registro de Preço para aquisição de materiais permanentes para construção civil**, compreendendo **bombas submersas, marteletes, roçadeiras e plainas**, entende-se que **não se faz necessária a exigência de garantia contratual**, pelos motivos a seguir expostos:

8.1. Natureza do Objeto

O objeto consiste na **aquisição de bens permanentes de natureza padronizada**, amplamente comercializados no mercado nacional. Apesar de envolver equipamentos, não se trata de fornecimentos de alta complexidade técnica, engenharia integrada ou soluções customizadas, mas sim de **itens usuais**, com ampla disponibilidade e substituíbilidade.

Esses materiais são classificados como **bens comuns**, com especificações técnicas padronizadas e possibilidade de comparabilidade objetiva entre fornecedores, o que reduz a necessidade de uma garantia contratual específica.

8.2. Garantia Legal e Garantia de Fábrica

Os equipamentos contemplados (bombas submersas, marteletes, roçadeiras e plainas) já possuem **garantias de fábrica**, com prazos que variam entre **12 e 36 meses**, dependendo da marca e do equipamento.

Assim, a **proteção da Administração quanto a defeitos, vícios, malfuncionamento ou falhas de fabricação já se encontra plenamente assegurada**, reduzindo a necessidade de se exigir garantia contratual adicional.

8.3. Modelo de Fornecimento e Mitigação de Riscos

A aquisição será realizada por meio de **Ata de Registro de Preços**, com entregas **parceladas**, conforme demanda das Secretarias participantes, ao longo de **12 meses**, o que:

- reduz o risco de inexecução contratual;
- permite o pagamento somente após a entrega e verificação dos bens;
- possibilita substituição imediata do fornecedor em caso de descumprimento, conforme regras da Lei 14.133 /2021.

Esse modelo de fornecimento é reconhecido como **menos arriscado** que contratos de execução continuada ou obras, nos quais a garantia contratual se faz mais necessária.



8.4. Custo Administrativo e Econômico Injustificado

A exigência de garantia contratual acarretaria custos adicionais aos fornecedores, como contratação de:

- seguro garantia;
- caução em dinheiro;
- fiança bancária.

Esses custos provavelmente seriam **repassados nos preços**, tornando o certame mais oneroso para a Administração, sem que haja benefício proporcional, já que a garantia de fábrica e o modelo de fornecimento já mitigam adequadamente os riscos.

8.5. Prática Administrativa e Precedentes

A exigência de garantia contratual é mais comum em:

- contratos de obras e serviços de engenharia;
- serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;
- fornecimentos complexos e de alto vulto.

Em contrapartida, para **aquisição de bens permanentes de uso comum** — como os itens desta contratação —, a prática administrativa consolidada é **não exigir garantia contratual**, adotando-se exclusivamente a garantia legal e de fabricante.

Diversos órgãos públicos seguem este entendimento, especialmente em processos envolvendo aquisição de bombas, ferramentas elétricas e máquinas portáteis.

8.6. Conclusão

Diante do exposto, a **não exigência de garantia contratual** para esta contratação mostra-se:

- adequada à natureza padronizada dos bens;
- proporcional aos riscos envolvidos;
- economicamente vantajosa para a Administração;
- compatível com a prática consolidada na contratação de bens permanentes.

A garantia de fábrica já assegura a qualidade e o adequado funcionamento dos equipamentos, tornando **desnecessária** a imposição de garantia contratual adicional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para chegar ao cálculo estimado das quantidades apresentadas no quadro, a Diretoria de Compras da Prefeitura enviou memorando circular às secretarias municipais solicitando as mesmas que estimassem os quantitativos necessários para cada item conforme sua demanda, devidamente justificados através da Metodologia de Cálculo de cada secretaria conforme o quadro abaixo:

SECRETARIAS	METODOLOGIA DE CALCULO
	Informamos que a presente estimativa foi realizada com base em levantamentos apontados pelo Departamento de Manutenção da Secretaria Municipal de



SEMSAU	<p>Saúde, informamos que os itens não foram estimados anteriormente, visando a melhoria dos serviços e atividades de manutenção predial necessárias para conservação de forma econômica as edificações. Um programa eficiente de inspeção/manutenção periódica assegura a durabilidade das edificações e permite determinar prioridades para as ações necessárias ao cumprimento da vida útil do estabelecimento predial, tendo como resultado as unidades da secretaria municipal de saúde cumprindo suas funções, programas e projetos para atendimento ao cidadão de nosso município. A definição das quantidades segue os seguintes critérios: 1. novos itens (1, 2,3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12). As quantidades foram estimadas conforme as necessidades atuais da Secretaria.</p>
SEMPOG	<p>Os quantitativos estimados foram definidos conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, ressaltando-se que não há relatório de consumo para os itens em questão, razão pela qual se faz necessária a presente estimativa. A quantidade de quatro roçadeiras profissionais a gasolina foi estabelecida considerando as rotinas de roçagem e limpeza das áreas externas, prevendo uma unidade reserva para substituição imediata em caso de falha. A inclusão de uma serra circular e uma serra tico-tico justifica-se pela necessidade de realizar cortes em madeira e outros materiais utilizados em reparos e adequações internas, garantindo precisão e eficiência nas atividades, de modo que o quantitativo proposto assegura o adequado desempenho dos serviços de manutenção e conservação predial realizados pela Secretaria.</p> <p>CASA DOS CONSELHOS (ID 3542248) A Casa dos Conselhos estimou a necessidade de 02 (dois) vasos sanitários adaptados para PNE, considerando que o prédio possui 02 (dois) banheiros destinados a pessoas com deficiência, porém os vasos atualmente instalados não são adequados às normas de acessibilidade. O quantitativo foi definido de acordo com o número de banheiros existentes e visa garantir o cumprimento dos requisitos legais e a acessibilidade plena aos usuários.</p>
SEMDES	<p>A metodologia foi feita pelo administrativo e esta anexo a esta estimativa: ADM: Memorando 1127 de 15/10/2025 (ID 3538933).</p> <p>ALÇA DE APOIO - PNE 04 unidades Local Indicado: Banheiros Material: Metal Tipo de Material: Aço inox Altura: 15 cm Largura: 20 cm Comprimento: 55 cm Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato: Reto 02 para banheiro PNE masculino e 02 para banheiro PNE feminino.</p> <p>Roçadeira Profissional a Gasolina Especificações mínimas obrigatórias: Tipo Motor: gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com sistema de ignição eletrônica. Potência Motor: mínima de 2,0 kW (2,7 HP), com cilindrada mínima de 40 cm³ (± 2 cm³). Tipo Cortador: compatível com lâmina de aço (faca de 3 pontas ou duplafaca) e suporte para fio de nylon. Peso Aproximado: máximo de 8,5 kg (sem conjunto de corte, cinto e combustível). Tipo Empunhadreira: guidão tipo bicicleta, ajustável, com sistema antivibração. Características Adicionais: tubo de transmissão em alumínio com eixo rígido e engrenagem cônica. Acompanha cinto tipo colete, kit de ferramentas para manutenção e manual em português. O equipamento deve atender às normas NR-12 e INMETRO. Garantia mínima: 12 meses. 03 unidades 02 roçadeiras para uso simultâneo e 01 roçadeira para reserva</p> <p>Serra Circular Diâmetro Disco: 7 1/4 POL, Diâmetro Furo Disco: 16 MM Capacidade Corte A 45°: 49 MM, Capacidade Corte A 90°: 66 MM Potência mínima: 1.800 W Rotação mínima: 5.800 RPM Aplicação: Corte De Madeira , Voltagem: 220, Itens Inclusos: Lâmina de serra CTC, Chave allen, guia de</p>



	alinhamento e Manual. 01 para uso em manutenção de pequenos reparos prediais
SEMED	O método de cálculo foi elaborado com base no levantamento realizado pelo Departamento de Manutenção da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) conforme Memorando 992 de 14/10/2025 (ID 3537770), com o objetivo de aprimorar os serviços e atividades de manutenção predial necessárias à conservação. A implementação de um programa eficiente de inspeção e manutenção periódica assegura a durabilidade das edificações, além de permitir o estabelecimento de prioridades nas ações necessárias para o cumprimento da vida útil dos prédios públicos. Como resultado, as escolas e departamentos vinculados à SEMED podem desempenhar adequadamente suas atividades e projetos voltados ao atendimento do público-alvo. Para a definição das quantidades e itens, foram considerados os seguintes parâmetros: Novos itens (1, 2 e 3): As quantidades foram estimadas com base nas necessidades atuais identificadas pela Secretaria, levando em conta: A frequência média de manutenções e reparos nas estruturas e instalações; A composição e os equipamentos de trabalho das equipes operacionais, garantindo que cada equipe disponha dos materiais essenciais à execução de suas atividades; A manutenção de estoque mínimo para atendimento de situações emergenciais; As especificidades do objeto voltado à aquisição de materiais permanentes para construção civil, incluindo roçadeira profissional a gasolina, serra circular e serra tico-tico, equipamentos essenciais para as atividades de manutenção executadas pela Secretaria. Essa metodologia assegura maior eficiência no uso dos recursos públicos, evita a falta de materiais críticos e garante uma resposta rápida e eficaz às demandas das equipes de manutenção.
SEMTEC	Tendo em vista que no último processo, nº 23426/SEMED/2023, não houve estimativa de nenhum item, estaremos participando pela primeira vez. Após análise técnica realizada pelos servidores responsáveis, constatou-se a necessidade de estimar apenas dois itens no processo referente à Aquisição de Materiais Permanentes para Construção Civil, sendo eles: alça de apoio PNE e vaso sanitário PNE. A estimativa contempla 24 alças de apoio PNE, considerando-se a instalação de 3 unidades para cada vaso sanitário adaptado, totalizando $3 \times 8 = 24$ unidades. Quanto aos vasos sanitários PNE, serão adquiridos 8 (oito) unidades, distribuídas conforme a estrutura dos prédios vinculados à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (SEMTEC), sendo: 1 unidade para o Centro Cultural Lídion Sohn; 1 unidade para o Museu; 2 unidades para o Ginásio de Esportes Mané Garrincha; 2 unidades para o Estádio Valerião; 2 unidades para o Ginásio Alberi Ferrasso. Dessa forma, a quantidade estimada visa atender de forma adequada às necessidades de acessibilidade e infraestrutura dos referidos locais, garantindo conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 121.437,23

Valor (R\$): 121.437,23 (Cento e vinte e mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos). Valor estimado através de Pesquisa de Preço junto às empresas do ramo, conforme o anexo deste ETP



9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será considerado o critério menor preço POR ITEM, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnico e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, cujos parâmetros de preços serão subsidiados com o QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Nos termos do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES nº 58/2022, este tópico visa identificar e descrever eventuais contratações ou condições complementares que possam ser necessárias para garantir a plena execução, utilização e manutenção dos bens a serem adquiridos por meio desta Ata de Registro de Preços.

Embora o objeto principal trate da simples **aquisição de bens permanentes padronizados**, sua adequada utilização pelas Secretarias demandantes poderá depender de serviços auxiliares, insumos complementares ou estruturas de apoio, que não integram o objeto principal, mas se relacionam diretamente com sua plena funcionalidade.

10.1. Serviços de Instalação, Configuração ou Montagem (se aplicável)

Alguns equipamentos, especialmente **bombas submersas**, podem demandar condições adequadas de instalação ou conexão à rede hidráulica/energia elétrica.

Caso as unidades solicitantes não disponham de equipe técnica própria para execução desses procedimentos, poderá ser necessária a contratação complementar de:

- **Serviço de instalação de bomba submersa;**
- **Serviços elétricos ou hidráulicos de apoio;**
- **Montagem e ajustes iniciais** (quando exigido pelo fabricante).

Tais serviços, quando necessários, serão solicitados em processos distintos, pois **não integram o objeto da presente ARP**.

10.2. Aquisição de Insumos e Acessórios Complementares

Para pleno funcionamento dos materiais permanentes, as Secretarias poderão necessitar, de forma separada:

- Óleos, lubrificantes e linhas de corte para roçadeiras;
- Brocas, ponteiros, cinzéis e acessórios para martelos;



- Lâminas e acessórios de reposição para plainas;
- Tubulações, conexões ou componentes específicos para bombas.

Esses itens, por serem classificados como **materiais de consumo**, não compõem o registro de preços atual e poderão ser adquiridos por meio de processos independentes.

10.3. Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva

Apesar da garantia de fábrica prevista no Termo de Referência, a manutenção corretiva após o término da garantia e as revisões preventivas poderão exigir:

- contratação de **assistência técnica especializada**,
- serviços de manutenção e reparo,
- aquisição de peças e componentes de reposição.

Tais demandas não constituem objeto desta contratação e poderão ser processadas futuramente, conforme necessidade, em **processos próprios**.

10.4. Capacitação Operacional (quando necessária)

Alguns equipamentos, como o marteleiro e a plaina elétrica, podem exigir **capacitação mínima** dos servidores para operação segura.

Se as Secretarias participantes não dispuserem de treinamento interno, poderá ser necessária a contratação correlata de:

- **Treinamento ou capacitação de operadores**,
- **Orientação técnica especializada**,
- **Oficinas de boas práticas de uso e segurança**.

Esse tipo de serviço não compõe o objeto atual, mas pode ser viabilizado por procedimentos específicos, conforme avaliação de cada Unidade Administrativa.

10.5. Estrutura e Equipamentos de Apoio

Para armazenar e preservar os bens adquiridos, algumas Secretarias podem necessitar de:

- locais adequados para armazenamento;
- armários, estantes ou depósitos internos;
- dispositivos de segurança para guarda e transporte dos equipamentos.

Essas necessidades logísticas **não integram o objeto da ARP**, mas devem ser planejadas pelas unidades administrativas envolvidas.

10.6. Contratações e Condições Não Necessárias

Considerando o levantamento de mercado e a natureza dos bens, **não são necessárias** contratações complementares que tratem de:

- desenvolvimento de software,
- tecnologias de monitoramento,
- serviços continuados,



- locações de equipamentos.

A execução do objeto não depende desses elementos.

Conclusão

As contratações correlatas ou interdependentes aqui descritas **não impedem** a execução do objeto principal, mas podem ser necessárias para seu funcionamento pleno, especialmente no que se refere a instalação, manutenção pós-garantia, aquisição de insumos e capacitação operacional.

Tais demandas serão tratadas em **processos administrativos próprios**, sem impacto na regularidade, adequação e viabilidade da presente contratação pelo sistema de **Registro de Preços**.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Segue a justificativa da previsão ou não da contratação no PCA 2025 das secretarias, detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIAS	ALINHAMENTO COM O PCA
SEMSAU	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, devido a agilidade exigida /imposta a elaboração do último PCA não foi possível realizar o levantamento dos materiais necessários em 2023/2024. Portanto, ainda que a demanda, em sua totalidade, não tenha sido estimada, busca-se alcançar um resultado ímpar para a instituição: efetuar manutenções diversas, das unidades da Secretaria Municipal de Saúde em pleno funcionamento, evitando assim a interrupção de algum serviço oferecidos por essas instituições
SEMPOG	A contratação em questão não está prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) de 2025. No entanto, essa ausência não representa descumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o inciso VII do artigo 12, pois trata-se de uma necessidade que surgiu após a elaboração do PCA, diante da demanda identificada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG e suas unidades vinculadas. A necessidade de Registro de Preços visando à Eventual Aquisição de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Martelete, Roçadeira e Plainas), identificada após o encerramento do ciclo de planejamento do PCA, justificou o início do processo de contratação fora do cronograma original. Portanto, embora não tenha sido inserida no PCA, a contratação é planejada, necessária e está de acordo com a legislação vigente, sem configurar qualquer irregularidade.
SEMDES	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, devido a uma conjunção de fatores que impactaram diretamente a capacidade de execução das atividades planejadas. A equipe responsável pela gestão de pessoal e pela condução dos planejamento das futuras contratações encontrava-se com quadro reduzido, o que limitou a capacidade de planejar, executar e finalizar os procedimentos necessários o que resultou em atrasos e na inviabilização da conclusão do PCA-2025, conforme informado na Justificativa 33 de 21/03/2025 (ID 3055502).
SEMED	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 25/2025, Nº DFD: 555/2024.
	Justificamos a ausência da presente demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) com fundamento no inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da abertura de Registro de Preços visando à eventual aquisição de materiais permanentes para construção civil, destinados a atender às



SEMTEC

necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura da Prefeitura de Ariquemes/RO, durante o período de 12 (doze) meses. Esclarecemos que, durante a fase de estruturação do planejamento, a demanda foi registrada em versão preliminar do documento interno. Contudo, por falha no procedimento de consolidação, a informação não foi devidamente incorporada à versão final encaminhada à Superintendência competente, resultando em sua ausência no sistema do PCA. Destacamos que a necessidade desta contratação decorre das manutenções, reformas e adequações estruturais realizadas nos prédios, ginásios e espaços públicos vinculados à Secretaria, bem como do apoio às ações e eventos culturais e esportivos promovidos pelo órgão. A aquisição dos materiais permanentes de construção civil é imprescindível para assegurar a segurança, funcionalidade e conservação dos bens públicos, contribuindo para a execução adequada das atividades da SEMTEC e garantindo melhores condições de uso dos espaços pela comunidade. Portanto, a contratação visa atender à demanda operacional e estrutural da Secretaria, proporcionando condições adequadas para a realização de obras, reparos e eventos com planejamento, segurança e eficiência.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de materiais permanentes destinados à construção civil, por meio de Registro de Preços, proporcionará benefícios substanciais à Administração Pública Municipal, tanto no âmbito operacional quanto no estratégico. A medida visa assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados pelas secretarias participantes, além de otimizar a gestão dos recursos públicos, garantir segurança aos usuários das instalações e promover a adequada conservação do patrimônio municipal.

Considerando as necessidades apresentadas pelas secretarias (SEMSAU, SEMPOG, SEMDES, SEMED e SEMTEC), os benefícios da contratação podem ser estruturados da seguinte forma:

12.1. Melhoria da Eficiência Operacional e da Capacidade de Resposta da Administração

A aquisição dos materiais permanentes permitirá que as equipes técnicas disponham dos instrumentos necessários para realizar manutenções preventivas e corretivas com maior agilidade, precisão e segurança. Isso inclui:

- Equipamentos para serviços de manutenção predial (serras, plainas, marteletes);
- Máquinas para manejo e limpeza de áreas externas (roçadeiras profissionais);
- Equipamentos para intervenções em infraestrutura hidráulica e elétrica (bombas submersas, ferramentas diversas).

Esse conjunto de materiais assegura que as secretarias realizem suas atividades sem interrupções, evitando paralisações prolongadas de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social, cultura e esporte.

12.2. Redução de Custos Operacionais e Otimização do Orçamento Público

A contratação possibilita significativa redução de despesas, principalmente devido:

- À diminuição de gastos com manutenções corretivas emergenciais;
- À redução da dependência de serviços terceirizados de manutenção;
- À maior durabilidade das estruturas públicas, devido à execução contínua de reparos preventivos;
- À vantagem financeira proporcionada pelo Registro de Preços, que permite compras planejadas, em escala e conforme a demanda, reduzindo desperdícios.



Os itens adquiridos também reduzem o desgaste prematuro dos equipamentos, evitando compra recorrente de substituições.

12.3. Melhoria das Condições de Trabalho e Aumento da Produtividade das Equipes

Os materiais e equipamentos objeto da contratação darão suporte técnico às equipes de manutenção, possibilitando:

- Maior produtividade, com capacidade de realizar mais serviços em menor tempo;
- Melhor ergonomia e segurança, reduzindo riscos ocupacionais;
- Execução simultânea de atividades, especialmente no caso de equipamentos como roçadeiras e ferramentas de corte, aumentando a eficiência operacional e diminuindo gargalos internos.

Para unidades com extensões amplas — como escolas, centros de assistência social, espaços esportivos e culturais — a disponibilidade de equipamentos adequados é essencial para manter a rotina de manutenção ativa e contínua.

12.4. Melhoria da Infraestrutura Física dos Espaços Públicos

A contratação impacta diretamente a qualidade estrutural das instalações administradas pelas secretarias, permitindo:

- Conservação e melhoria de unidades de saúde, incluindo prédios antigos que demandam reparos frequentes;
- Aprimoramento e preservação das escolas municipais, promovendo ambientes mais seguros e adequados ao ensino;
- Manutenção dos espaços sociais, garantindo atendimento digno e seguro à população vulnerável;
- Conservação de áreas culturais, turísticas e esportivas, contribuindo para o bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento municipal.

A intervenção contínua nessas estruturas reduz a ocorrência de danos graves, prolonga sua vida útil e melhora a experiência dos usuários e servidores.

12.5. Atendimento às Normas Técnicas e Melhoria da Acessibilidade

A aquisição de itens específicos, como alças de apoio (PNE), possibilita:

- Adequação dos espaços públicos às normas de acessibilidade;
- Garantia de segurança, conforto e autonomia a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Cumprimento das diretrizes legais e princípios da inclusão social.

Esse benefício é especialmente relevante para unidades de uso intenso da população, como CRAS, Conselhos Tutelares, espaços sociais e ambientes educacionais.

12.6. Fortalecimento das Políticas Públicas Municipais

Ao assegurar a manutenção contínua das estruturas físicas, a contratação:

- Melhora a prestação dos serviços de saúde, ao garantir instalações adequadas e seguras;
- Amplia a qualidade dos serviços educacionais, assegurando ambientes de ensino salubres e funcionais;
- Fortalece os serviços de assistência social, oferecendo espaços seguros e organizados para atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade;
- Favorece o desenvolvimento cultural, esportivo e turístico do município, proporcionando locais adequados para eventos, práticas esportivas e atividades comunitárias.



Esses benefícios se refletem diretamente na experiência da população e na eficácia das políticas públicas implementadas.

12.7. Aumento da Segurança dos Usuários e Servidores

Com materiais adequados para manutenção regular, os ambientes públicos passam a oferecer:

- Menor risco de acidentes decorrentes de estruturas danificadas ou mal conservadas;
- Maior segurança nas instalações hidráulicas, elétricas e estruturais;
- Ambientes mais limpos e organizados, especialmente no manejo de vegetação externa.

Isso contribui para a integridade física de servidores, estudantes, pacientes, atletas e cidadãos em geral.

12.8. Continuidade dos Serviços e Planejamento Administrativo

O modelo de aquisição via Registro de Preços fortalece o planejamento municipal ao permitir:

- Atendimento imediato das demandas das secretarias, conforme surjam necessidades ao longo dos 12 meses de vigência;
- Redução de atrasos, interrupções e descontinuidade de serviços públicos;
- Organização mais estratégica dos cronogramas de manutenção e reforma das unidades.

Esse benefício é fundamental para setores sensíveis, como saúde, educação e assistência social.

12.9. Modernização e Padronização dos Equipamentos Utilizados

Com a contratação, as secretarias poderão:

- Atualizar o conjunto de ferramentas utilizadas, substituindo itens obsoletos e ineficientes;
- Padronizar equipamentos entre as unidades, facilitando treinamentos, manutenção e intercâmbio operacional;
- Melhorar o desempenho geral das equipes e a qualidade dos serviços prestados.

12.10. Impactos Sociais Positivos e Melhoria da Experiência do Cidadão

O investimento repercute diretamente na sociedade ao:

- Garantir espaços públicos mais limpos, seguros, acessíveis e funcionais;
- Contribuir para a valorização dos ambientes frequentados por crianças, jovens, famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Disponibilizar infraestrutura adequada para atividades esportivas, culturais e turísticas, promovendo qualidade de vida e bem-estar social.

13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a adequada execução do objeto contratado e garantir que o processo ocorra em conformidade com a legislação vigente, caberá à Administração Pública adotar, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências, que não se inserem no escopo de responsabilidade da futura contratada:

13.1. Consolidação e validação das necessidades das Secretarias participantes

- Confirmar e validar as quantidades estimadas de materiais permanentes de construção civil, considerando a demanda de cada Secretaria participante do Registro de Preços.



- Revisar e consolidar os itens que compõem o catálogo final, garantindo que todos estejam devidamente descritos, padronizados e compatíveis com as necessidades operacionais das unidades administrativas.

13.2. Verificação da disponibilidade orçamentária

- Assegurar que as unidades participantes realizem a reserva orçamentária necessária para as futuras contratações, observando a previsão de consumo decorrente da vigência da Ata de Registro de Preços.
- Emitir declaração formal de adequação orçamentária e financeira, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

13.3. Elaboração e aprovação dos documentos técnicos

- Finalizar e aprovar o Termo de Referência e seus anexos, garantindo que as especificações técnicas dos itens estejam completas, precisas e alinhadas com as normas aplicáveis.
- Verificar se as unidades demandantes confirmaram a pertinência das justificativas apresentadas no ETP.

13.4. Procedimentos de governança e conformidade

- Observar as diretrizes de governança das aquisições públicas, assegurando que o processo esteja adequado às normas internas da Administração Municipal e aos princípios da eficiência, transparência e economicidade.
- Realizar a análise jurídica prévia da minuta do edital e da Ata de Registro de Preços, garantindo sua conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e regulamentações correlatas.

13.5. Providências administrativas internas

- Definir formalmente as Secretarias participantes e responsáveis pela gestão da Ata de Registro de Preços.
- Designar, por portaria, os agentes públicos envolvidos no processo, incluindo agente de contratação, equipe de apoio e fiscal técnico do futuro contrato.
- Providenciar, se necessário, capacitação interna mínima para servidores responsáveis pelo acompanhamento da contratação e da execução da ARP.

13.6. Ajustes logísticos e operacionais

- Verificar a estrutura administrativa e os fluxos internos de requisição, autorização e recebimento dos materiais por cada Secretaria participante.
- Definir pontos de entrega, horários de recebimento, responsáveis e procedimentos internos de conferência dos materiais adquiridos via ARP.

13.7. Publicidade e transparência

- Assegurar a divulgação adequada do processo de contratação, conforme as determinações legais, garantindo ampla transparência e acesso público aos atos praticados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando que a melhor solução identificada para atendimento das necessidades das Secretarias participantes consiste na **adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)** para aquisição de materiais permanentes de construção civil, apresenta-se a seguir a análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes dessa solução, bem como medidas mitigadoras aplicáveis.



14.1. Impactos Ambientais Potenciais

A utilização do Registro de Preços para futuras aquisições pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos, relacionados principalmente ao fornecimento dos materiais, ao transporte, à geração de resíduos e ao ciclo de vida dos produtos. Os principais impactos potenciais são os seguintes:

a) Impactos Ambientais Positivos

- **Redução do desperdício e racionalização do uso de recursos:** O SRP permite que os itens sejam adquiridos conforme a demanda real, evitando compras excessivas e diminuindo a geração de resíduos e materiais ociosos.
- **Melhor planejamento e menor impacto logístico:** A possibilidade de aquisições mais bem programadas tende a reduzir deslocamentos emergenciais e entregas fragmentadas, contribuindo para menor emissão de poluentes.
- **Maior controle e padronização dos materiais:** A padronização de itens reduz erros de aplicação, retrabalhos e descartes desnecessários, aumentando a vida útil das edificações e diminuindo impactos ambientais futuros.
- **Contribuição para a manutenção adequada de prédios públicos:** Ao garantir disponibilidade contínua de materiais, reduz-se a deterioração de estruturas e riscos ambientais decorrentes de infiltrações, mofo, danos estruturais, entre outros.

b) Impactos Ambientais Negativos

Embora o SRP apresente benefícios relevantes, alguns impactos adversos podem ocorrer durante o fornecimento e utilização dos materiais:

- **Geração de resíduos sólidos** provenientes de embalagens (caixas, plásticos, sacarias) e materiais substituídos.
- **Emissão de gases poluentes** proveniente do transporte dos produtos desde os fornecedores até os setores requisitantes.
- **Possível descarte inadequado de materiais danificados ou substituídos**, caso a Administração não adote práticas adequadas de gerenciamento de resíduos.
- **Consumação de recursos naturais** relacionados ao processo produtivo dos materiais permanentes de construção civil.

14.2. Medidas Mitigadoras de Impactos Negativos

A fim de reduzir ou neutralizar os impactos identificados, recomenda-se à Administração a adoção das seguintes medidas mitigadoras:

a) Gestão e destinação adequada de resíduos

- Segregação de resíduos gerados (embalagens, sobras de materiais, itens substituídos) e encaminhamento à coleta seletiva ou cooperativas de reciclagem.
- Destinação correta de resíduos não recicláveis, evitando contaminação do solo ou descarte irregular.

b) Otimização logística

- Planejamento interno de solicitações de materiais para evitar múltiplas entregas em curtos intervalos.
- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como rotas otimizadas e redução no uso de combustíveis.



c) Racionalização do uso de materiais

- Implementação de controle interno de estoque e consumo, evitando desperdícios e usos inadequados.
- Reaproveitamento de materiais sempre que tecnicamente possível.

d) Incentivo a fornecedores responsáveis

- Considerar, quando possível e sem restrição à competitividade, fornecedores que reduzam embalagens, utilizem materiais recicláveis ou possuam práticas ambientais certificadas.

e) Capacitação dos servidores

- Orientação das equipes de manutenção e almoxarifado quanto às práticas de manejo ambientalmente responsável e descarte correto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, declara-se que a contratação, por meio de **Registro de Preços**, para aquisição de **materiais permanentes destinados à construção civil**, incluindo **bombas submersas, marteletes, roçadeiras e plainas**, mostra-se **viável técnica, operacional e economicamente**, pelos fundamentos a seguir expostos.

a) Viabilidade Técnica

A contratação apresenta plena viabilidade técnica, uma vez que os itens a serem adquiridos possuem **características amplamente padronizadas**, são **fácilmente especificáveis** e contam com **elevada oferta no mercado nacional**, permitindo ampla competitividade e garantindo o atendimento dos requisitos de desempenho, segurança e durabilidade necessários para sua utilização nas atividades de manutenção e melhorias de prédios e áreas públicas.

Os materiais permanentes descritos são compatíveis com as necessidades operacionais das unidades requisitantes, que exigem equipamentos robustos, confiáveis e adequados aos serviços de manutenção predial, conservação de áreas externas e intervenções técnicas rotineiras. Não há complexidade técnica que inviabilize a aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços.

b) Viabilidade Operacional

A solução escolhida é operacionalmente adequada, pois o Registro de Preços possibilita a **aquisição dos materiais de forma gradual e conforme a demanda real**, evitando a formação de estoque desnecessário e garantindo disponibilidade oportuna dos itens para execução dos serviços.

A contratação permitirá maior agilidade no atendimento das necessidades das Secretarias participantes, assegurando a continuidade das atividades de manutenção, reparo, conservação de edificações e áreas externas. Ademais, os materiais são de fácil manuseio, manutenção e reposição, o que reforça sua plena viabilidade operacional.

c) Viabilidade Econômica

Sob o aspecto econômico, a contratação é viável e vantajosa, uma vez que:

- há **ampla oferta no mercado**, favorecendo a competitividade;
- o Registro de Preços garante **planejamento, racionalização das despesas e compras em escala**, reduzindo custos unitários;



- evita contratações emergenciais, que tendem a apresentar maior onerosidade;
- contribui para o uso eficiente dos recursos públicos, mediante aquisições programadas e alinhadas à necessidade real das unidades.

A solução atende diretamente aos princípios da **economicidade, eficiência e interesse público**, proporcionando melhor utilização do orçamento, redução de custos futuros com manutenções corretivas e maior vida útil dos equipamentos adquiridos.

d) Conclusão

Diante do exposto, declara-se que a contratação pretendida é **plenamente viável**, encontrando-se adequada aos parâmetros técnicos, operacionais e econômicos exigidos pela legislação vigente. O Registro de Preços configura-se como o instrumento mais eficiente para atender às demandas das Secretarias participantes, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e racionalidade no emprego dos recursos públicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMSAU

ANGELA MARIA GONCALVES MOREIRA

Gerente do Programa Saúde Rural

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEM'POG

VITORIA NASCIMENTO BACELAR

Assessor Especial VI

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMDES

EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

Gerente SUAS

Despacho: ELABORADORA DA ESTIMATIVA - SEMED



SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA

Auxiliar de serviços (Comissão)

Despacho: ELABORADOR DA ESTIMATIVA - SEMTEC

DIOGO SOARES ESTEVAO

Estagiário

Despacho: RESPONSÁVEL PELO ESTAGIÁRIO DIOGO SOARES ESTEVÃO

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA

SECRETARIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

Despacho: ELABORADOR DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL

MEMBRO DA DIRETORIA DE COMPRAS - SML



Assinou eletronicamente em 23/12/2025 às 10:55:52.





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO POR ITEM

Cotação: 02331/25

Impresso em: 11 de novembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06	Proponente 02, 07	Proponente 03, 08	Proponente 04, 09	Proponente 05, 10	Preço Médio	Valor Total Médio
1	520.001.064	ALÇA DE APOIO PNE	UND	38	0,00 0,00	0,00 49,90	0,00 45,90	0,00 0,00	0,00 52,90	49,57	1.883,66
2	520.001.040	BOMBA SUBMERSA	UND	2	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 1.950,00	0,00 0,00	1.950,00	3.900,00
3	520.001.020	ESMERILHADEIRA ANGULAR A BATERIA	UND	2	3.000,00 4.100,00	0,00 3.095,44	3.945,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	3.535,11	7.070,22
4	520.001.036	KIT AUTOMATIZADOR DE PORTÃO DESLIZANTE AUTOMÁTICO 01 MOTOR DE NO MÍNIMO: 1/3CV PESO MÍNIMO DO PORTÃO: 400KG CREMALHEIRA: MÍNIMO 4 METROS EMBREAGEM ELETRÔNICA (CONFIGURÁVEL)	UND	5	0,00 0,00	0,00 1.096,60	0,00 0,00	0,00 0,00	1.350,00 0,00	1.363,63	6.818,15
5	520.001.032	MARTELETE TENSÃO: 127V OU 220 V TIPO: DEMOLIDOR POTÊNCIA: MÍNIMO 2000W FORÇA: MÍNIMO 62J EMISSÃO DE VIBRAÇÕES AH: MÍNIMO 8.5 M/S INCERTEZA K: 1.5 M/S² IMPACTOS POR MINUTO: MÍNIMO 870	UND	2	0,00 15.000,00	0,00 0,00	15.692,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.063,67	30.127,34
6	520.001.023	PLAINA 82MM	UND	2	0,00 0,00	0,00 4.391,00	4.222,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.334,33	8.668,66
7	520.001.022	PLAINA ELÉTRICA DESENGROSSO	UND	2	3.650,00 0,00	0,00 4.394,33	4.822,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.288,78	8.577,56
8	560.005.011	ROÇADEIRA PROFISSIONAL A GASOLINA	UND	9	0,00 0,00	0,00 0,00	2.053,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	1.672,15	15.049,35
9	520.001.014	SERRA CIRCULAR DIÂMETRO DISCO: 7 1/4 POL, DIÂMETRO FURO DISCO: 16 MM, CAPACIDADE CORTE A 45°: 49 MM, CAPACIDADE CORTE A 90°: 66 MM, POTÊNCIA MÍNIMA: 1.800 W, ROTAÇÃO MÍNIMA: 5.800 RPM, APLICAÇÃO: CORTE DE MADEIRA , VOLTAGEM: 220, ITENS INCLUSOS: LÂMINA DE SERRA CTC, CHAVE ALLEN, GUIA DE ALINHAMENTO E MANUAL	UND	6	820,00 0,00	0,00 0,00	1.012,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	993,34	5.960,04
10	520.001.021	SERRA TICO TICO	UND	5	0,00 0,00	0,00 1.476,67	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 1.385,67	1.517,45	7.587,25
11	520.001.034	TORNO BANCADA TIPO: Morsa HIDRAULICA COMPRIMENTO Morsa FIXA: 350 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 0 COM FUSO INTERNO CURTO MATERIAL: FERRO FUNDIDO MODULAR	UND	1	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00	0,00
12	520.001.063	VASO SANITÁRIO PNE	UND	20	0,00 0,00	0,00 1.541,49	0,00 0,00	1.050,00 0,00	0,00 1.277,76	1.289,75	25.795,00





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO POR ITEM

Cotação: 02331/25

Impresso em: 11 de novembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06	Proponente 02, 07	Proponente 03, 08	Proponente 04, 09	Proponente 05, 10	Preço Médio	Valor Total Médio
------	---------	-----------	-------	------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------	-------------------

Total de registros: 12

121.437,23

#	Nome Proponente		CNPJ/CPF
1	835	J C DISTRIBUIDORA LTDA	02.477.785/0001-13
2	945	MARPLEN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	03.055.135/0001-42
3	2540	E MEYER DIAS	06.258.308/0001-18
4	2563	CERTA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME	09.346.936/0001-43
5	4692	IMPERIAL SEGURANCA ELETRONICA LTDA	12.902.998/0001-07
6	6244	HILGERT & CIA LTDA	22.881.858/0006-50
7	6907	GERAL 1 (SITIO 01)	
8	6940	GERAL 3 (SITIO 03)	
9	6983	GERAL 4 (MEDIANA)	
10	8767	GERAL 2 (SITIO 02)	00.000.000/0000-00







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Quadro	COMPARATIVO	11/11/2025

ID:	3594837	Processo	Documento
CRC:	6FBCCDF3		
Processo:	8-19820/2025		
Usuário:	GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA		
Criação:	11/11/2025 12:51:55	Finalização:	13/11/2025 08:54:48

MD5:	2F35BD6594B62C72B1A1593A223FADFA
SHA256:	D1B654B33085392CC0789D99D482B50D1E6CF98472CD8ABA0322099F9A4B122B

Súmula/Objeto:

Quadro COMPARATIVO.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	11/11/2025 12:51:55
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	11/11/2025 12:51:55
--------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	13/11/2025 09:05:52
---	---------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 RAIANY CARVALHO SILVA	Diretora de Compras	13/11/2025 09:30:36
--	---------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 JOAO PEDRO LONGO DE JESUS	Equipe Auxiliar de Licitações	13/11/2025 10:14:21
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3594837 e o CRC 6FBCCDF3.







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	399/2025	19/11/2025

ID: 3610556	Processo	Documento
CRC: 844AB48D		
Processo: 8-19820/2025		
Usuário: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Criação: 23/12/2025 09:58:40	Finalização: 05/01/2026 08:50:41	

MD5: B3306DF5C1B2CA4DA50EEEE36AD62721
SHA256: CE1CEC16BAF8005B57DD89D5D8EE980B612AC7EA8185FACD7D2C45CBEF05D482

Súmula/Objeto:
Estudo Técnico Preliminar - ETP 399/2025






INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	19/11/2025 08:56:46
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	19/11/2025 08:56:46
--------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 FILipe EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA#	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	05/01/2026 08:55:41
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA	SERVICOS GERAIS (COMISSAO)	05/01/2026 08:56:43
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	05/01/2026 09:20:28
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 ANGELA MARIA GONCALVES MOREIRA	DIRETOR GERAL CDS 05 (COMISSAO)	05/01/2026 09:28:58
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		
 VITORIA NASCIMENTO BACELAR#	ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)	05/01/2026 10:45:45
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.		

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3610556 e o CRC 844AB48D.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Matriz de Gerenciamento de Riscos 381/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
381/2025	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	19/11/2025 09:59
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Assinado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Registro de Preço de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Martelete, Roçadeira e Plainas).		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Metodologia de cálculo incorreta na estimativa de preços	de Secretarias participantes enviam estimativas de preços com erros de cálculo, quantitativos ou metodologia inadequada.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Estimativa irreal (superestimada ou subestimada); risco de fracasso da licitação; preços não condizentes com o mercado; questionamentos de controle interno.					
Ações Preventivas						
P-01	Conferência centralizada pela Superintendência de Licitações antes da consolidação. Elaboração da metodologia de cálculo com equipe técnica; Fundamentação ao método adotado para solicitar o quantitativo a ser estimado.			Responsáveis: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL, ANGELA MARIA GONCALVES MOREIRA, VITORIA NASCIMENTO BACELAR, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA, DIOGO SOARES ESTEVAO, NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA		
Ações de Contingência						
C-01	Recalcular e reabrir prazo para envio das estimativas corretas. Registrar justificativa técnica no processo explicando a necessidade de ajustes. Readequar os quantitativos estimados antes da publicação do edital.			Responsáveis: DIOGO SOARES ESTEVAO, NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA, ANGELA MARIA GONCALVES MOREIRA, VITORIA NASCIMENTO BACELAR, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Pesquisa de preços insuficiente ou inconsistente	Fontes de preços não confiáveis, não atualizadas ou que não atendem às regras da IN SEGES 65 /2021.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Projeção de preços fora da realidade; risco de impugnação ou sobrepreço; possibilidade de deserto.					
Ações Preventivas						
P-01	Utilizar no mínimo três fontes válidas (painéis oficiais, fornecedores, compras similares). Validar datas e coerência dos preços pesquisados.			Responsáveis: RAIANY CARVALHO SILVA, GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar nova rodada de pesquisa. Solicitar apoio da área técnica para validação dos valores.			Responsáveis: GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA, RAIANY CARVALHO SILVA		



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Ausência de justificativa adequada para adoção do SRP	de Não comprovação de que o Registro de Preço é adequado o modelo adequado para compras futuras e eventuais.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Apontamentos de controle interno; risco de anulação do processo.					
Ações Preventivas						
P-01	Fundamentar claramente a necessidade de aquisições futuras e eventuais. Demonstrar a vantagem do SRP frente à contratação direta.			Responsável: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Ações de Contingência						
C-01	Revisar e complementar o ETP. Emitir Nota Técnica justificando a adoção do SRP.			Responsável: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ANGELA MARIA GONCALVES MOREIRA
Gerente do Programa Saúde Rural

VITORIA NASCIMENTO BACELAR
Assessor Especial VI

EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK
Gerente SUAS

SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA
Auxiliar de serviços (Comissão)

DIOGO SOARES ESTEVAO
Estagiário

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC



RAIANY CARVALHO SILVA

DIRETORA DE COMPRAS

GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL

MEMBRO DA DIRETORIA DE COMPRAS



Assinou eletronicamente em 23/12/2025 às 13:55:49.

GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA

MEMBRO DA DIRETORIA DE COMPRAS







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Matriz de Gerenciamento de Riscos	381/2025	19/11/2025

ID: 3610687	Processo	Documento
CRC: 8EEACA6E		
Processo: 8-19820/2025		
Usuário: GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Criação: 23/12/2025 12:56:04	Finalização: 23/12/2025 12:56:55	

MD5: 4F3C14D9C1CF9BADC8EBAF042E6A29EA
SHA256: 118CAECE97D0CB505A9D9D2BF7BFAF2EF1C470638395D62429BE514AFF7496BD

Súmula/Objeto:

Matriz de Gerenciamento de Riscos 381/2025

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	19/11/2025 09:14:48
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	19/11/2025 09:14:48
--------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 RAIANY CARVALHO SILVA	Diretora de Compras	23/12/2025 13:08:45
--	---------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA#	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	05/01/2026 08:55:40
--	---	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA	SERVICOS GERAIS (COMISSAO)	05/01/2026 08:56:34
--	----------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	05/01/2026 08:59:14
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	05/01/2026 09:13:39
---	---------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC	05/01/2026 09:17:24
---	-------------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	05/01/2026 09:21:39
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ANGELA MARIA GONCALVES MOREIRA	DIRETOR GERAL CDS 05 (COMISSAO)	05/01/2026 09:28:47
---	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 VITORIA NASCIMENTO BACELAR#	ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)	05/01/2026 10:45:22
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3610687 e o CRC 8EEACA6E.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO POR SECRETARIA

Registro de Preço de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Marteleto, Roçadeira e Plainas)

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	ESPECIFICAÇÃO	SEMSAU	SEMOPOG	SEMDES	SEMED	SEMTEC	QUANTIDADE TOTAL
1.	UND	ALÇA DE APOIO PNE Local Indicado: Banheiros Material: Metal Tipo de Material: Aço inox Altura: 15 cm Largura: 20 cm Comprimento: 55 cm Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato: Reto	10	-	4	-	24	38
2.	UND	BOMBA SUBMERSA: Bomba Submersa Modelo: Multiestágio Aplicação: Submersa Frequência: 50/60 HZ Tensão Alimentação: 254 V Potência: 1,5 HP Tipo Motor: Elétrico Monofásico Características Adicionais: Vazão Máx.6.000 m³/h; e Vazão Mín.: 1.000 m³/h. Alt.: Máx.: MCA 113 e Alt.: Mín.: MCA 28,2	2	-	-	-	-	2
3.	UND	ESMERILHADEIRA ANGULAR A BATERIA: Esmerilhadeira Angular a bateria Rotações por minuto: 11000 rpm Diâmetro do disco: 115mm Peso mínimo: 2kg Bateria: 18V 2 baterias 18V 5.0 Ah. Com carregador.	2	-	-	-	-	2



4.	UND	KIT AUTOMATIZADOR DE PORTÃO DESLIZANTE AUTOMÁTICO 01 MOTOR DE NO MÍNIMO: 1/3CV PESO MÍNIMO DO PORTÃO: 400KG CREMALHEIRA: MÍNIMO 4 METROS EMBREAGEM ELETRÔNICA (CONFIGURÁVEL): Kit automatizador de portão deslizante automático 01 Motor de no mínimo: 1/3Cv Peso mínimo do portão: 400kg Cremalheira: Mínimo 4 metros Embreagem Eletrônica (Configurável) Coroa e sem fim interno (engrenagens) em liga metálica Acionamento ultra rápido 01 Placa Eletrônica 02 Controles 02 Chaves para o destravamento do motor em caso de falta de energia 01 Capa protetora do motor 02 Imãs sensor hall 01 Capacitor. Protetor térmico contra queima por aquecimento Voltagem: 110V	5	-	-	-	-	5
5.	UND	MARTELETE TENSÃO: 127V OU 220 V TIPO: DEMOLIDOR POTÊNCIA: MÍNIMO 2000W FORÇA: MÍNIMO 62J EMISSÃO DE VIBRAÇÕES AH: MÍNIMO 8.5 M/S INCERTEZA K: 1.5 M/S² IMPACTOS POR MINUTO: MÍNIMO 870 Martelete Tensão: 127V ou 220 V Tipo: Demolidor Potência: mínimo 2000W Força: Mínimo 62J Emissão de vibrações ah: mínimo 8.5 m/s Incerteza K: 1.5 m/s² Impactos por minuto: mínimo 870	2	-	-	-	-	2
6.	UND	PLAINA 82MM: Plaina 82mm Bivolt Capacidade por passada: 3 mm Tamanho da faca: 82mm Dimensões mínimas (CxLxA): 368x157x164 mm Peso minimo 3,6kg 02 Baterias 18 v	2	-	-	-	-	2



7.	UND	PLAINA ELÉTRICA DESENGROSSO Plaina Elétrica desengrosso Potência: 1.650 WATT Largura Corte: 304 MM Profundidade Corte: 3 MM Comprimento Mesa: 304 MM Largura Mesa: 771 MM Rotação: 8.500 RPM Voltagem: 220 V Aplicação: Plainar Madeira Características Adicionais: Parada Rápida Dimensões: 483 X 771 X 401 MM	2	-	-	-	-	2
8.	UND	ROÇADEIRA PROFISSIONAL A GASOLINA: Roçadeira Profissional a Gasolina Especificações mínimas obrigatórias: Tipo Motor: gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com sistema de ignição eletrônica. Potência Motor: mínima de 2,0 kW (2,7 HP), com cilindrada mínima de 40 cm ³ (± 2 cm ³). Tipo Cortador: compatível com lâmina de aço (faca de 3 pontas ou dupla-face) e suporte para fio de nylon. Peso Aproximado: máximo de 8,5 kg (sem conjunto de corte,cinto e combustível). Tipo Empunhadreira: guidão tipo bicicleta, ajustável, com sistema antivibração. Características Adicionais: tubo de transmissão em alumínio com eixo rígido e engrenagem cônica. Acompanha cinto tipo colete, kit de ferramentas para manutenção e manual em português. O equipamento deve atender às normas NR-12 e INMETRO. Garantia mínima: 12 meses	-	4	3	2	-	9



9.	UND	SERRA CIRCULAR DIÂMETRO DISCO: 7 1/4 POL DIÂMETRO FURO DISCO: 16 MM, CAPACIDADE CORTE A 45°: 49 MM, CAPACIDADE CORTE A 90°: 66 MM, POTÊNCIA MÍNIMA: 1.800 W, ROTAÇÃO MÍNIMA: 5.800 RPM, APLICAÇÃO: CORTE DE MADEIRA , VOLTAGEM: 220, ITENS INCLUSOS: LÂMINA DE SERRA CTC, CHAVE ALLEN, GUIA DE ALINHAMENTO E MANUAL Serra Circular Diâmetro Disco: 7 1/4 POL, Diâmetro Furo Disco: 16 MM, Capacidade Corte A 45°: 49 MM, Capacidade Corte A 90°: 66 MM, Potência mínima: 1.800 W, Rotação mínima: 5.800 RPM, Aplicação: Corte De Madeira , Voltagem: 220, Itens Inclusos: Lâmina de serra CTC, Chave allen, guia de alinhamento e Manual.	2	1	1	2	-	6
10.	UND	SERRA TICO TICO Serra tico tico Capacidades mínimas: - Madeira : 65mm - Aço : 2mm Comprimento mínimo do golpe : 18mm Golpes por minuto : 0 - 2.400 Peso mínimo : 1,7kg Bateria mínimo 12V	2	1	-	2	-	5
11.	UND	VASO SANITÁRIO PNE Altura (cm) : 79 Largura (cm) : 38.5 Comprimento (cm) : 63.5 Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato da Bacia : Oval Acompanha Assento : Sim Acompanha Fixação : Sim, Possui Conforto PNE : Sim Tipo de Bacia com Caixa : Bacia com Caixa Acoplada Assento com Fechamento Suave : Não Acabamento (Construção e Acabamento) : Esmaltado Acionamento da Válvula de Descarga : Duplo Material Principal Construção e Acabamento :	10	2	-	-	8	20



		Cerâmica						
--	--	----------	--	--	--	--	--	--







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Quadro	De Distribuição Por Secretaria	02/12/2025

ID:	3639656	Processo	Documento
CRC:	791435D4		
Processo:	8-19820/2025		
Usuário:	GUILHERME ALESSIO SILVA CASSOL		
Criação:	02/12/2025 15:19:03	Finalização:	05/01/2026 08:58:55

MD5:	27308F22D9151E23C765AA91A9531868
SHA256:	DF3FEC637A8BBADAE6F8915127FA75CAF3343B4467158B57FE4846507B2A32D2

Súmula/Objeto:

Quadro De Distribuição Por Secretaria

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	02/12/2025 15:19:03
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	02/12/2025 15:19:03
--------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3639656 e o CRC 791435D4.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
56/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2025
PROCESSO N.º 19820/SEMOSP/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos **xx** dias do mês de xxxx do ano de dois mil e vinte e três, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/SML/2025, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O objeto da presente ata é o Abertura de Processo para Registro de Preço de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Marteleto, Roçadeira e Plainas) para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I

1. LICITANTE:
CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:
ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....
NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.RG sob o nº.
DETENTORA DO ITEM (S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ALÇA DE APOIO PNE Local Indicado: Banheiros Material: Metal Tipo de Material: Aço inox Altura: 15 cm Largura: 20 cm Comprimento: 55 cm Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato: Reto	UND	38	Aaaa	XXX	Aaaa
2	Bomba Submersa Modelo: Multiestágio Aplicação: Submersa Freqüência: 50/60 HZ Tensão Alimentação: 254 V Potência: 1,5 HP Tipo Motor: Elétrico Monofásico Características Adicionais: Vazão Máx.6.000 m³/h; e Vazão Mín.: 1.000 m³/h. Alt.: Máx.: MCA 113 e Alt.: Mín.: MCA 28,2	UND	2	Aaaa	XXX	Aaaa

3	Esmerilhadeira Angular a bateria Rotações por minuto: 11000 rpm Diâmetro do disco: 115mm Peso mínimo: 2kg Bateria: 18V 2 baterias 18V 5.0 Ah. Com carregador.	UND	2	Aaaa	XXX	Aaaa
4	Kit automatizador de portão deslizante automático 01 Motor de no mínimo: 1/3Cv Peso mínimo do portão: 400kg Cremalheira: Mínimo 4 metros Embreagem Eletrônica (Configurável) Coroa e sem fim interno (engrenagens) em liga metálica Acionamento ultra rápido 01 Placa Eletrônica 02 Controles 02 Chaves para o destravamento do motor em caso de falta de energia 01 Capa protetora do motor 02 Imãs sensor hall 01 Capacitor. Protetor térmico contra queima por aquecimento Voltagem: 110V	UND	5	Aaaa	XXX	Aaaa
5	Martelete Tensão: 127V ou 220 V Tipo: Demolidor Potência: mínimo 2000W Força: Mínimo 62J Emissão de vibrações ah: mínimo 8.5 m/s Incerteza K: 1.5 m/s ² Impactos por minuto: mínimo 870	UND	2	Aaaa	XXX	Aaaa
6	Plaina 82mm Bivolt Capacidade por passada: 3 mm Tamanho da faca: 82mm Dimensões mínimas (CxLxA): 368x157x164 mm Peso mínimo 3,6kg 02 Baterias 18 v	UND	2	Aaaa	XXX	Aaaa
7	Plaina Elétrica desengrosso Potência: 1.650 WATT Largura Corte: 304 MM Profundidade Corte: 3 MM Comprimento Mesa: 304 MM Largura Mesa: 771 MM Rotação: 8.500 RPM Voltagem: 220 V Aplicação: Plainar Madeira Características Adicionais: Parada Rápida Dimensões: 483 X 771 X 401 MM	UND	2	Aaaa	XXX	Aaaa
8	Roçadeira Profissional a Gasolina Especificações mínimas obrigatórias: Tipo Motor: gasolina, 2 tempos, monocilíndrico, com sistema de ignição eletrônica. Potência Motor: mínima de 2,0 kW (2,7 HP), com cilindrada mínima de 40 cm ³ (± 2 cm ³). Tipo Cortador: compatível com lâmina de aço (faca de 3 pontas ou dupla-face) e suporte para fio de nylon. Peso Aproximado: máximo de 8,5 kg (sem conjunto de corte,	UND	9	Aaaa	XXX	Aaaa
9	Serra Circular Diâmetro Disco: 7 1/4 POL, Diâmetro Furo Disco: 16 MM, Capacidade Corte A 45°: 49 MM, Capacidade Corte A 90°: 66 MM, Potência mínima: 1.800 W, Rotação mínima: 5.800 RPM, Aplicação: Corte De Madeira , Voltagem: 220, Itens Inclusos: Lâmina de serra CTC, Chave allen, guia de alinhamento e Manual.	UND	6	Aaaa	XXX	Aaaa
10	Serra tico tico Capacidades mínimas: - Madeira : 65mm - Aço : 2mm Comprimento mínimo do golpe : 18mm Golpes por minuto : 0 - 2.400 Peso mínimo : 1,7kg Bateria mínimo 12V	UND	5	Aaaa	XXX	Aaaa
11	VASO SANITÁRIO PNE Altura (cm) : 79 Largura (cm) : 38.5 Comprimento (cm) : 63.5 Medidas Aproximadas De 5cm +/- Formato da Bacia : Oval Acompanha Assento : Sim Acompanha Fixação : Sim Possui Conforto PNE : Sim Tipo de Bacia com Caixa : Bacia com Caixa Acoplada Assento com Fechamento Suave : Não Acabamento (Construção e Acabamento) : Esmaltado Acionamento da Válvula de Descarga : Duplo Material Principal Construção e Acabamento : Cerâmica	UND	20	Aaaa	XXX	Aaaa

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM NA ARP	UND.	SEMSAU	SEMPOG	SEMDES	SEMED	SEMTEC	TOTAL
1	UND	10	-	4	-	24	38
2	UND	2	-	-	-	-	2
3	UND	2	-	-	-	-	2
4	UND	5	-	-	-	-	5
5	UND	2	-	-	-	-	2
6	UND	2	-	-	-	-	2
7	UND	2	-	-	-	-	2
8	UND	-	4	3	2	-	9
9	UND	2	1	1	2	-	6
10	UND	2	1	-	2	-	5
11	UND	10	2	-	-	8	20

Em licitações onde houver divisão de cotas observar a ordem de distribuição prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA III - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069)

3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e

deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

8.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

8.2.1 comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

8.2.2 previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

8.2.3 justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

8.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XVI - Dotação Orçamentária.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

12.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art. 80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;

12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 10.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

12.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 10.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). _____, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. XX/SML/2025, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 19820/SEMOSP/2025.

15.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0XX/2025/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:
Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA**, Diretora da DGSRP, em 05/01/2026 às 13:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3644626** e o código verificador **8D669D67**.

Referência: [Processo nº 8-19820/2025](#).

Docto ID: 3644626 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA
52/2025

ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE CADASTRO DE RESERVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2025
CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES N.º
PROCESSO N.º 19820/SEMOSP/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar no(s) lote(s) xxxx do Pregão Eletrônico nº xx/xx, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I - (Termo de referência) do Edital do referido Pregão, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Abertura de Processo para Registro de Preço de Materiais Permanentes para construção civil (Bomba submersa, Martelete, Roçadeira e Plainas) para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.

1. LICITANTE:

CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:

ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....

NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.RG sob o nº.

DETENTORA DO ITEM (S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADAS:

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	ORDEM CADASTRO RESERVA	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R\$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
1	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa
2	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a Prefeitura Municipal de Ariquemes a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA**, Diretora da DGSRP, em 05/01/2026 às 12:18, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3644936** e o código verificador **70259AE7**.

Referência: [Processo nº 8-19820/2025](#).

Docto ID: 3644936 v1